



SOPHIA ASSIS RODRIGUES

**MACHADO DE ASSIS E A DENÚNCIA DA SOCIEDADE
ESCRAVOCRATA BRASILEIRA NOS CONTOS**

LAVRAS – MG

2022

SOPHIA ASSIS RODRIGUES

**MACHADO DE ASSIS E A DENÚNCIA DA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA
BRASILEIRA NOS CONTOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós- Graduação em Letras, área de Objetos culturais e produção de sentidos, subárea Literatura, para a obtenção do título de Mestre.

Profª Drª Andréa Portolomeos
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo (a) próprio (a) autor(a).

Rodrigues, Sophia Assis.

Machado de Assis e a denúncia da sociedade escravocrata brasileira nos contos / Sophia Assis Rodrigues. - 2022.

83 p.

Orientador(a): Andréa Portolomeos.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Machado de Assis. 2. Contos. 3. Escravidão. I. Portolomeos, Andréa. II. Título.

SOPHIA ASSIS RODRIGUES

**MACHADO DE ASSIS E A DENÚNCIA DA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA
BRASILEIRA NOS CONTOS
MACHADO DE ASSIS AND THE REPORT OF THE BRAZILIAN SLAVERY
SOCIETY IN THE SHORT STORIES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós- Graduação em Letras, área de Objetos culturais e produção de sentidos, subárea Literatura, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 03 de Agosto de 2022
Dr. Denis Leandro Francisco UFLA
Dr^a Eliana da Conceição Tolentino UFSJ



Profª Drª Andréa Portolomeos
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora do Rosário por terem me amparado durante essa jornada.

Aos meus pais Marcos e Heliamar por todo o amor incondicional e confiança.

À minha madrinha Ilaene por todo carinho e apoio durante os caminhos mais tortuosos.

A todos os meus familiares e amigos que contribuíram para deixar essa caminhada mais leve.

À minha orientadora Andréa Portolomeos por toda paciência, dedicação e ensinamentos durante todos esses anos.

Aos professores Denis e Eliana por terem aceitado participar desse importante momento e por todas as contribuições.

Ao programa de Pós Graduação em Letras – UFLA.

Muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa pretende desenvolver uma análise de parte dos contos do escritor Machado de Assis, grande crítico da sociedade de seu tempo, com o objetivo de discutir problemas estruturais de nossa sociedade como as sequelas contemporâneas da escravidão oitocentista. Segundo Gotlib (p.42, 2004), “o modo pelo qual o contista Machado representa a realidade traz consigo a sutileza em relação ao não-dito, que abre para as ambiguidades, em que vários sentidos dialogam entre si”. Assim, a pesquisa mostra que é necessário fazer uma leitura atenta aos diversos níveis do discurso literário machadiano para perceber os posicionamentos políticos do autor que, muitas vezes, foi acusado de não se posicionar em relação ao problema da escravidão. Almejando a realização dos objetivos traçados, a seleção do corpus foi realizada em relação ao problema que se investiga, ou seja, foram selecionados contos que melhor representam a maneira com que a sociedade burguesa do século XIX se comportava frente ao problema da escravidão. Para a análise do corpus, considerou-se principalmente os estudos de Bosi (2007), Chalhoub (2003), Duarte (2009/2013/2020), Faoro (2001) e Muricy (1988).

Palavras chave: Machado de Assis. Contos. Sociedade Oitocentista. Escravidão.

ABSTRACT

The present research intends to develop an analysis of part of the stories of the writer Machado de Assis, great critic of the society of his time, with the main objective of discussing structural problems of our society as the contemporary sequels of the nineteenth century slavery. According to Gotlib (p.42, 2004), “the way in which short-story writer Machado represents reality brings with it a subtlety in relation to the unsaid, which opens up for ambiguities, in which various senses dialogue with each other”. Thus, the research shows that it is necessary to make an attentive Reading of the different levels of Machado de Assis’ discourse to understand the political positions of the author, who was often accused of not taking a stand in relation to the problem of slavery. Aiming at achieving the target objectives, the selection of the corpus was carried out in relation to the problem under investigation, that is, short stories that best represent the way in which nineteenth-century bourgeois society behaved in the face of the problem of slavery were selected. For the analysis of the corpus, the studies by Bosi (2007), Chalhoub (2003), Duarte (2009/2013/2020), Faoro (2001) and Muricy (1988) were considered.

Keywords: Machado de Assis. Short Stories. Nineteenth Century Society. Slavery.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A CONSOLIDAÇÃO DOS ALORES BURGUESES E A QUESTÃO DA ESRAVIDÃO NA TRANSIÇÃO IMPÉRIO PARA REPÚBLICA NO BRASIL.....	11
2.1	A condição de vida da mulher negra no oitocentos machadiano.....	35
3	A CAPOEIRA MACHADIANA ¹ NA ENUNIAÇÃO POLÍTICA DOS CONTOS	45
4	POR QUE LER MACHADO DE ASSIS HOJE?	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

¹ Expressão designada por Luiz Costa Lima para se referir aos métodos semânticos e textuais utilizados por Machado de Assis para disfarçar suas críticas à sociedade da época em suas produções.

1 Introdução

Retratista de seu tempo, crítico, irônico e cético, Machado de Assis foi capaz de discutir as arbitrariedades presentes em sua sociedade contemporânea. Segundo Silviano Santiago (2016), o escritor carioca se consolidou como um “comentarista sensível ao incansável instinto de resistência do povo à autoridade no poder” (p. 184). Além disso, Machado de Assis conseguiu, em seus escritos, alcançar o ápice do desenvolvimento pessoal e literário que foi capaz de afetar não só o seu tempo, mas também o tempo atual. Sendo assim, o afloramento de sua perfeição estética e o aprimoramento de suas críticas foram resultado do engajamento do escritor frente às questões da sociedade burguesa do século XIX.

As muitas colaborações de Machado em jornais da época resultaram na escrita de seus contos e romances mais famosos. De acordo com Castro (2020), a produção de Machado de Assis era intensa e “o conto foi o que nunca deixou a pena descansar” (p. 412). Dentre os jornais que fizeram parte da vida de Machado de Assis estão: “A Marmota”, “O Futuro”, “Gazeta de Notícias”, “Paraíba”, “Diário do Rio de Janeiro” e “Jornal das Famílias”, além de revistas como “O Espelho”. Seu trabalho no “Jornal das Famílias” desencadeou as publicações de contos como “Virgínius” (1864) e “Mariana” (1871). Jean- Michel Massa (2014) afirma que o gosto do escritor pelo gênero literário conto se deu, a priori, pelo espaço ocupado por ele no periódico. Importa notar que, devido à vigilância dos maridos sobre as páginas dos jornais, Machado tinha a moral de seus contos, por vezes, atestada, já que qualquer infração aos códigos da sociedade gerava rescisões. No entanto, segundo Massa (2014), “Machado de Assis não experimentou particular dificuldade em pautar-se pelas regras do jogo, porque, em boa parte, esta era a moral que ele aceitava” (p. 459). Em outras palavras, Machado não encontrou muitas dificuldades em suas publicações, pois se valia da moral burguesa para subverter crítica, irônica e veladamente os valores da sociedade oitocentista.

Nessa esteira, Castro (2020) destaca o trabalho de Machado de Assis no jornal “Gazeta de Notícias”. Por conta do maior acesso do público e da experiência adquirida em trabalhos anteriores, os contos machadianos pertencentes a esse momento são, notoriamente, diferenciados. Como exemplos de contos publicados no “Gazeta”, temos: “A sereníssima República” (1882) e “O Caso da Vara” (1891). Nesse diapasão, devido à vasta produção nos jornais da época, muitas coletâneas de contos machadianos são a reunião dessas narrativas publicadas em jornais. Sendo assim, os jornais “Gazeta de Notícias” e “Jornal das Famílias” foram efetivos colaboradores para a escrita de Machado.

Desse modo, com a extensa e diversa publicação e com a conquista do gosto do leitor oitocentista, as coletâneas de contos são exemplos da produção emblemática de Machado de Assis e de sua consagração no âmbito da tradição literária canônica.

Em meio a esse contexto, Machado de Assis se dispôs a trabalhar com o problema da escravidão em seus escritos. De forma a reagir dentro de uma sociedade contraditória que se dizia progressista, mas na qual vigoravam os ideais escravagistas, o escritor carioca, por meio de sua arquitetura linguística sofisticada, denunciou minuciosamente os grandes problemas desse tempo. Nesse sentido, com o intuito de destacar a maestria de Machado de Assis, o presente trabalho se propõe, por meio das análises de contos do escritor, desenvolver uma discussão acerca das denúncias realizadas pelo autor nos seus contos, no âmbito de nossa sociedade escravocrata. Assim, a presente pesquisa divide-se em 3 capítulos.

No primeiro capítulo, buscou-se ressaltar, nos contos do escritor, uma imposição de valores adotada pela sociedade burguesa e a questão da escravidão durante o período de transição do Império para a República, dando maior enfoque para a situação da mulher negra frente ao sistema. De forma a aprofundar a análise sobre a sociedade oitocentista e sobre o sistema escravagista vigente, utilizou-se como orientação metodológica, sobretudo, os estudos de Chalhoub (2003), Do Nascimento (2002), Duarte (2020), Faoro (2001), Lopes (2007), Massa (2014), Muricy (1988), Rocha (2020) e Schwarz (2014).

No segundo capítulo, intentou-se apresentar a forma com que Machado de Assis desenvolveu, na escrita de seus contos, a estratégia denominada por Luiz Costa Lima (2002) de “capoeira machadiana”. A “capoeira” foi um dos artifícios desenvolvidos pelo escritor para esconder suas críticas nos contos, com o intuito de sinalizar os problemas que permeavam a situação da escravidão e a consolidação de uma padronização imposta pela burguesia do século XIX. Para esse fim, utilizaram-se, principalmente, as discussões de teóricos como Bosi (2007), Candido (2017), Costa Lima (2002), Coutinho e De Faria Coutinho (2004), Duarte (2009, 2020), Gotlib (2004), Pereira (2008) e Santiago (2017).

Por fim, no terceiro e último capítulo, objetivou-se demonstrar a atualidade dos contos de Machado de Assis, o que nos faz pensar na importância da leitura de seus textos na busca de soluções para problemas que estão no nosso cotidiano. Esse capítulo defende a ideia do escritor como figura incontornável para a compreensão da sociedade brasileira de ontem e de hoje. Como arcabouço teórico para o desenvolvimento da discussão, recorreu-se, para além dos teóricos já citados, aos estudos de Bernardo (1999), Candido

(2006), Castro (2020), Iser (2002), Moisés (1964), Santiago (2016), Roncari (2006) e Wellek e Warren (2003).

2 A consolidação dos valores burgueses e a questão da escravidão na transição Império para República no Brasil

Com uma postura e reflexão incomuns, Machado de Assis foi capaz de ressignificar as ocorrências de sua vida pessoal e social para enfrentá-las da melhor maneira, de modo a sofrer menos violentamente o preconceito da sociedade brasileira escravagista do seu tempo. Assim, começa a observar e a escrever sobre a sociedade do século XIX. Nessa esteira, suas denúncias ainda precisam ser lidas com mais atenção, como nos mostra Eduardo de Assis Duarte, em “Machado afrodescendente”, grande obra que colabora para a revisão de parte da crítica machadiana que entende o autor como omissos em relação ao problema da escravidão e como escritor que deu notoriedade à elite de seu tempo. E diálogo com Duarte (2020), o professor Paulo Sérgio de Proença (2021) avalia que

Machado de Assis afrodescendente indica que o autor não se omitiu quanto a temas espinhosos de seu tempo; a escravidão esteve presente em toda sua trajetória literária. Duarte apresenta peças e excertos principalmente de crítica teatral, crônicas, contos e romances e demonstra que as menções à escravidão não são poucas nem irrelevantes e chegam à irrisão da pretensa superioridade racial de brancos. (p.3, 2021).

Nos textos críticos que compõem o livro, especialmente no texto “Poética da dissimulação”, vemos desenvolvida a ideia de que, em toda obra de Machado, não há sequer uma menção em apoio ao regime escravagista. Além disso, o texto sustenta que historicamente nunca houve por parte de Machado vergonha em relação à cor de sua pele e à sua condição de afrodescendente. Na sua obra, segundo o autor,

Machado criou mecanismos próprios de expressão literária compatível com sua condição étnica “a marcar as escolhas do autor quanto à expressão antiépica, irônica e, mesmo, carnalizadora que marca a maioria de seus escritos” (p. 274). “O jornalismo como tribuna” reconhece nas crônicas machadianas peças de intervenção consciente para tratar de assuntos espinhosos e denunciar a violência de que eram vítimas os escravizados. “A capoeira literária de Machado de Assis” atesta a gíngua verbal, à moda capoeirista, “sempre pronto ao disfarce e ao engodo” (p. 285), mecanismo de defesa necessário à sobrevivência em arranjo social hostil. (p.3, 2021).

Segundo Jean Michel-Massa (2008), a palavra absenteísmo não poderia ser usada para se referir à Machado de Assis. Segundo o estudioso, Machado tratava em seus escritos dos assuntos da atualidade com um olhar atento aos diferentes problemas que surgiam. Assim, de acordo com Massa (2008), Machado de Assis era “corajoso, ativo,

engajado, idealista” (p.269). Nessa esteira, o autor construiu um olhar crítico para a formação da burguesia carioca, seus valores - que marginalizavam os negros escravizados - e seus atores sociais. Representou magistralmente uma sociedade que começava a mudar rapidamente com a decadência do Império e a ascensão da República. Como nos ensina Raimundo Faoro, “A velha sociedade de estamentos cedia lugar, dia a dia, à sociedade de classes” (FAORO, 2001, p.15). Assim, a vida da sociedade brasileira urbana do século XIX sucumbia à europeização dos hábitos e costumes. Esses novos costumes podem ser vistos desde a arquitetura das casas cariocas até as vestimentas e os papéis sociais em acordo exatamente com a burguesia em consolidação. Segundo a célebre estudiosa do autor, Kátia Muricy (1988), dá-se início no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, um jogo social que distingue os componentes da elite, ratificando seu poder. Esse seria criado de acordo com um modelo que dificultaria a entrada de novas pessoas no círculo social dominante, pois além do dinheiro, seus integrantes precisavam compartilhar as normas e valores de uma burguesia em ascensão que redesenhava a elegância de uma nobreza europeia decadente. Assim, “para as elites brasileiras, enobrecer-se era um imperativo. Questão de poderio político e econômico, a introdução na aristocracia abria-lhes a máquina dos privilégios do Estado” (MURICY, 1988, p.53).

A europeização da vida social impunha-se às elites brasileiras como condição para a manutenção do seu prestígio. Uma nova sociabilidade – a das festas particulares, a dos salões do império - será dada à família brasileira, alterando-lhe profundamente a identidade, determinando-lhe um novo modelo de organização. (MURICY, 1988, p.53).

Como consequência da europeização da família, a mulher branca passa a ser entendida como símbolo de um novo costume. Antes reclusa, ela agora tem papel de destaque nas festas e recepções promovidas pelas famílias da elite. O prestígio de sua família era colocado sob sua responsabilidade.

[...] o prestígio da sua família estava em suas mãos. De seu comportamento social, de seus vestidos e joias, de sua maneira de receber e de se insinuar junto a personagens de prestígio, dependia o bom encaminhamento da carreira política ou econômica do marido. (MURICY, 1988, pp.56-57).

A família se privatiza, torna-se nuclear, composta por um casal e seus filhos, o que é muito diverso da família colonial, composta por senhores, agregados e escravos nas senzalas. Ou seja, um grande número de pessoas convivendo num mesmo espaço. Além disso, a nova família burguesa se urbaniza, passa a viver nos sobrados, no centro urbano do Rio de Janeiro, arrendando escravos e propriedades conforme nos conta Raimundo

Faoro (2001). Nesse cenário, é notável a divisão de papéis a serem desempenhados dentro da nova organização social.

Importa destacar que, nesse movimento, a sociedade brasileira tomava para si valores importados que não comportavam a realidade local, o que fica flagrante na consolidação de uma burguesia num contexto político ainda escravocrata. Machado, em sua obra, se posiciona criticamente em relação a uma nova ordem social que espelhava a realidade europeia justamente por entender esse descompasso. Roberto Schwarz (2014), em seu texto “Ideias fora do lugar”, discute como as mudanças representativas dos novos valores ocorreram tanto nas casas rurais quanto na Corte. Citando Nestor Goulart Reis Filho, o autor aborda as mudanças, demonstrando a existência de uma hipocrisia implícita na modernização de fachada pela qual o Rio passava. Nesse sentido, há exemplos que vão desde as relações sociais até a arquitetura. Assim, as paredes construídas por escravos recebiam grandes papéis de parede, estampados conforme a nova ordem, enfeites muito refinados que remetiam a um progresso de verniz. O mesmo se dava com os comportamentos dos moradores “ilustres”, travestidos dos requintes da corte europeia.

Desse modo, os estratos sociais que mais benefícios tiravam de um sistema econômico baseado na escravidão e destinado exclusivamente à produção agrícola procurava criar, para seu uso, artificialmente, ambientes com características urbanas europeias, cuja operação exigia o afastamento dos escravos e onde tudo ou quase tudo era produto de importação. FILHO (pp.14 – 15) apud SCHWARZ (2014, p.57).

Segundo Schwarz (2014), a sociedade brasileira movimentava ideias europeias de forma atabalhoada na medida em que o conservadorismo, a escravidão, ainda eram a sólida base econômica de uma sociedade que se queria mais progressista e liberal. Segundo o eminente estudioso, o Brasil aplicava de modo desastroso as ideias europeias na sua organização econômica e social e as análises provenientes dessas situações servirão como matéria e problema para a literatura. Escritores como Machado, Alencar, Nabuco entre outros, usarão a esse descompasso para criticar e produzir grandes ironias em seus textos segundo Schwarz (2014)

Na esteira da ideia do descompasso, Muricy (1988) leitora de Schwarz, discute a influência dos valores franceses em terras nacionais. Assim como o autor, faz uma observação aguda sobre o problema das influências econômicas e sociais europeias utilizadas na sociedade brasileira oitocentista. Os valores médicos, por exemplo, provenientes de uma cultura fomentada pela revolução francesa, chegavam até os médicos brasileiros que adotavam esses mesmos valores nos cuidados com a sociedade

urbana rica oitocentista. Segundo Muricy (1988), surgia um importante papel social exercidos pelos médicos na consolidação dos valores burgueses, ou seja, esses eram grandes aliados no movimento de privatização das famílias, representando o contato desses núcleos com o exterior da casa. Desse modo, eles recomendavam que as senhoras, seus filhos e maridos enfrentassem as ruas ensolaradas em sinal de boa saúde, o que lhes dava um tipo de capital, um distintivo. Além dessa atenção, o olhar higienista do médico, colocado assim por Muricy (1988), também vai se preocupar com as vestimentas que deveriam ser adequadas à idade, ao sexo, à profissão e à estação do ano. Esse quadro também marca uma diferenciação entre as classes, pois as mais abastadas podiam se adequar às recomendações “médicas”, movimento que marginalizava aqueles que não tinham condições materiais de acompanhá-las, como os pobres, os escravizados e ex-escravizados. O anseio da sociedade brasileira escravista ao tomar para si certas influências europeias colocava em franca evidência nosso descompasso com uma sociedade liberal europeia, pois liberalismo e escravidão não se coadunam segundo Schwarz (2014). O empréstimo tomado pela sociedade brasileira reforçava, na visão do autor, a máscara criada para disfarçar determinados problemas da sociedade brasileira como a escravidão.

Nesse prisma, como observador e retratista agudo de seu tempo, Machado de Assis utilizou de seus mecanismos literários para explorar essa situação conflitante em suas produções, interessando-nos mais neste trabalho sua produção como contista. Assim, na composição dos personagens, a organização familiar burguesa, com suas normas e costumes, servia de base para uma análise perspicaz e irônica sobre a mediação das instituições europeias nos nossos comportamentos. Roberto Schwarz (2014) desenvolve como os valores estrangeiros chegaram a limites absurdos no Brasil. Apresenta em sua discussão o fato de a Corte, na busca de ser o mais verossímil possível em relação à corte europeia, chegou a mudar os seus comportamentos para atingir uma aparência similar à europeia. Assim, “A distância é tão clara que tem graça a substituição de um arremedo por outro. Mas é também dramática, pois assinala quanto era alheia a linguagem na qual se expressava o nosso desejo de autenticidade (p.58).

Nessa perspectiva, ainda encontramos nas análises de Roberto Schwarz, o fato de Machado de Assis ter sido capaz de enxergar a grande contradição o que ocorria na sociedade de seu tempo. Cabe ressaltar, por exemplo, D. Benedita, personagem de criada pelo escritor e apresentada como mãe que ocupa um papel diferenciado na família pela ausência do marido. O conto “D. Benedita”, presente na obra *Papéis Avulsos*, “publicada

em 1882, oferece uma construção psicológica das personagens, sobretudo de D. Benedita e D. Maria dos Anjos, como cumpridoras das novas regras sociais. Grande crítica é feita à personagem principal, D. Benedita, já que ela radicaliza o modelo burguês de mulher leviana, preocupada excessivamente com superficialidades e aparências. No início do texto, a personagem é descrita ironicamente pelo narrador como “um padrão de bons costumes” (ASSIS, 2004, p.87). Cabe lembrar que D. Benedita é uma personagem rica e, sendo assim, encontra-se situada plenamente nas novas regras da sociedade burguesa, padrão para os novos hábitos. Assim, os “bons costumes” mencionados pelo narrador devem ser lidos como costumes e valores dessa sociedade que restringe a mulher ao papel de mãe e guardiã da família nuclear na preservação do poder burguês. Exemplo do jogo social desempenhado por D. Benedita está no fato de a personagem abrir sua casa para jantares e estar sempre rodeada de pessoas “de bem”. Em um desses jantares promovidos em sua casa, surgem os primeiros arranjos de casamentos para sua filha Eulália. Segundo Muricy (1988), a temática do casamento, sempre observada por Machado, colaborava para sua análise da sociedade e dos valores que regiam o amor e o casamento.

Observe-se ainda que, nos jogos de poder presentes no conto, temos a ausência do pobre e do escravizado. Schwarz (2014) entende essa omissão como uma caricatura machadiana da organização social europeia. Essa argumentação apresentada pelo estudioso é importante para se compreender um dos porquês da ausência de personagens negros em determinados contos que assumem um tom de crítica ao modelo de sociedade que construíamos. O contexto em que se passa a história de D. Benedita - a casa e sobretudo os jantares que oferecia - não comportava a presença dessas outras figuras sociais. Segundo Do Nascimento (2002), Machado, ao representar a sociedade, retratava, na maioria das vezes, os grandes salões e reuniões, lugares onde haveria sempre a lacuna do escravo e do pobre.

Numa sociedade escravocrata onde o senhor é senhor e escravo é escravo, os salões não abrigavam esse segundo segmento. Neste espaço, o negro não transita; escapa ao campo de visão do retratista. (DO NASCIMENTO, 2002, p.54).

Segundo Nascimento (2002), a utilização recorrente por Machado dos salões, salas e varandas em suas obras significa que esses eram os espaços sobre os quais ele precisava falar, criticar, mostrar seu ceticismo. De maneira oblíqua, Machado então observa que não há espaço para o negro nesses salões. A estudiosa avalia que a presença do negro é apagada dos salões e dos espaços públicos como forma de denúncia, pois ali só transitam aqueles que detém o discurso de prestígio econômico e social. O negro era

visto como alguém limitado ao trabalho braçal, portanto como alguém limitado ao círculo social. Desse modo, segundo a estudiosa, quando Machado omite a presença do negro em seus salões, retratando-os como embranquecidos, é para denunciar nosso cruel sistema político e social da época. E assim, segundo Nascimento (2002), a ausência do negro nesses retratos “é sua presença” (p.62).

Voltando ao conto D. Benedita, cabe lembrar que a questão familiar desenvolvida no texto enfatiza o poder da personagem em relação a algumas questões que perpassam a manutenção da ordem burguesa através da reafirmação da família nuclear. O jogo de poder testemunhado no conto confirma as observações feitas por Schwarz (2014) sobre a lógica do favor como força de coesão social. O homem livre dependia, segundo o teórico, para o seu crescimento social, de um outro indivíduo mais abastado; assim devia ser conhecedor das artimanhas sociais do favor. Nesse sentido, D. Benedita, se dedica, ao organizar o casamento da filha, a encontrar um pretendente bem colocado economicamente. Mesmo sem a presença do marido, a personagem encena um poderoso jogo social, estreitando ou rompendo laços de amizade com D. Maria dos Anjos e o Cônego Roxo por interesse na manutenção ou elevação de seu *status quo*. O personagem Cônego Roxo tem tratamento diferenciado nos jantares promovidos por ela devido ao cargo que ocupa, demonstrando mais uma vez como os títulos, na sociedade do século XIX, são importantes nas famílias para a manutenção de seu prestígio e poder. Em uma passagem do conto, fica claro que, além de amigo, o Cônego tinha o privilégio de “trincar o peru”, função essa que certamente não teria se não possuísse tal título.

A alegria dos convivas, a excelência do jantar, certas negociações matrimoniais incumbidas ao cônego Roxo, aqui presente, e das quais se falará mais abaixo, as boas qualidades da dona da casa, tudo isso dá à festa um caráter íntimo e feliz. O cônego levanta-se para trincar o peru. D. Benedita acatava esse uso nacional das casas modestas de confiar o peru a um dos convivas, em vez de fazer retalhar fora da mesa por mão servís, e o cônego era o pianista daquelas ocasiões solenes. Ninguém conhecia melhor a anatomia do animal, nem sabia operar com mais presteza. Talvez – e este fenômeno fica para os entendidos, - talvez a circunstância do canonicato aumentasse ao trinchante, no espírito dos convivas, uma certa soma de prestígio, que ele não teria, por exemplo, se fosse um simples estudante de matemáticas, ou amanuense de secretaria. (ASSIS, 2006, p.88).

Mesmo com o afastamento do marido, o desembargador Proença, D. Benedita manteve os eventos de sua casa para que essa permanesse às vistas da sociedade, reafirmando seu poderio e sua riqueza. Note-se, entretanto, que a função da mulher na sociedade oitocentista era secundária em relação à função do homem. Porém, na ausência

do marido, D. Benedita se comporta com total segurança na realização do jogo social familiar. Dado isso, o casamento de Eulália ganha destaque na narrativa, sendo o arranjo feito pela protagonista algo muito vantajoso para a manutenção do prestígio social da família.

[...] dirigia as atividades comemorativas, com as quais as relações sociais do sistema familiar eram mantidas e reforçadas. Tudo isso, que constituía seu domínio específico, o universo social e cultural da mulher, dificilmente permitiria a indolência e a passividade que lhe são atribuídas. (MURICY, 1988, p.56).

A crítica maior, todavia, está sobre a personalidade frívola de D. Benedita. Trata-se de uma mulher de desejos e caprichos efêmeros, de personalidade superficial em suas relações. Assim, D. Maria dos Anjos é mais uma amizade passageira e convencional para a personagem. Essa amizade surge em um jantar que tem como intenção a união de Leandrinho com Eulália, a filha de Benedita. A bajulação entre as senhoras, de ambos os lados, é tamanha que se pode notar facilmente a artificialidade e a volubilidade dessa suposta amizade. A certa altura da história, D. Benedita mostra considerável atenção à nova amiga em virtude do interesse no casamento.

D. Maria dos Anjos explicou que tinha de ir a outras visitas; mas foi obrigada a ficar ainda alguns minutos, a pedido da amiga. Como trouxesse um mantelete de renda preta, muito elegante, D. Benedita disse que tinha um igual e mandou buscá-lo. Tudo demoras. Mas a mãe do Leandrinho estava tão contente! D. Benedita enchia-lhe o coração; achava nela todas as qualidades que melhor se ajustavam à sua alma e aos seus costumes, ternura, confiança, entusiasmo, simplicidade, uma familiaridade cordial e pronta. Veio o mantelete; vieram oferecimentos de alguma coisa, um doce, um licor, um refresco; D. Maria dos Anjos não aceitou nada mais do que um beijo e a promessa de que iriam jantar com ela naquela semana. (ASSIS, 2006, p.95).

Em momento posterior, logo se pode ler sobre o desinteresse de D. Benedita sobre o casamento e, conseqüentemente, sobre D. Maria dos Anjos que, entende, que a amizade ia se dissolvendo sem um porquê definitivo e claro.

Felizmente, o jantar de D. Maria dos Anjos aquietou-a; e não digo que a enchesse de grande satisfação, porque não foi assim. Os modos de D. Benedita não eram os do costume; eram frios, secos, ou quase secos; ela, porém, explicou de si mesma a diferença, noticiando o ameaço da enxaqueca, notícia mais triste do que alegre, e que, aliás, alegrou a alma de D. Maria dos Anjos, por esta razão fina e profunda: antes a frieza da amiga fosse originada na doença do que na quebra do afeto. Demais, a doença não era grave. E que fosse grave! Não houve naquele dia mãos presas, olhos nos olhos, manjares comidos entre carícias mútuas; não houve nada do jantar de domingo. (ASSIS, 2006, p.100).

É possível perceber no conto que D. Maria dos Anjos tem admiração por D. Benedita, pela forma como se comporta, pela força de comando da família mesmo sem o

marido, pela posição ela ocupa com maestria. “As mulheres (burguesas) são peça privilegiada na troca dos favores, em virtude de sua tendência à adulação, característica cuja “naturalidade” é obtida por sua ligação com o afeto [...]” (MURICY, 1988, p.83). Diante disso, é inquestionável a presença de uma crítica feminista feita por Machado na narrativa. Os papéis sociais associados à mulher, além de deixá-las sempre em segundo plano, remontavam uma carga de futilidade e efemeridade, como se a mulher fosse o ser ideal para as conveniências forjadas, para o jogo das aparências. A reflexão cresce no conto quando percebemos como Machado caracteriza D. Benedita e D. Maria dos Anjos, peças em um jogo social necessário para a manutenção de determinada ordem ligada ao poder econômico. Esses papéis são importantes, mas é importante que se diga que são secundários, tendo em vista que as mulheres nunca administram os recursos financeiros mantidos por esses jogos, nunca estão à frente na liderança do poder na sociedade burguesa patriarcal.

Em relação ao episódio do casamento de Eulália, o enlace entre a moça e Leandrinho, filho de D. Maria dos Anjos, não se cumpre. D. Benedita conhece um jovem rapaz que possuía o título de 1º tenente e o atrai para o seu convívio tendo em vista um casamento mais promissor para a filha e para si mesmo. Como se sabe, “A condecoração seria um apêndice à ordem burocrática do poder político, conferida aos altos cargos que projetam o prestígio aos titulares” (FAORO, 2001, p.47). Portanto, a patente concebida ao jovem Mascarenhas e a patente futura que lhe seria dada ofereciam prestígio à família.

Por exemplo, uma das pessoas que estiveram em Andaraí, com D. Benedita, foi o oficial de marinha retratado no cartão particular de Eulália, 1º tenente Mascarenhas, que o conselheiro Beltrão proclamou futuro almirante. Vede, porém, a perfídia do oficial: vinha fardado; e D. Benedita, que amava os espetáculos novos, achou-o tão distinto, tão bonito, entre os outros moços à paisana, que o preferiu a todos, e lho disse. O oficial agradeceu comovido. Ela ofereceu-lhe a casa; ele pediu-lhe licença para fazer uma visita. (ASSIS, 2006, p.104).

Eulália, que conhece o jogo social das famílias de seu tempo e que já tinha inclinações de amores para o jovem, aceita-se casar com o tenente rapidamente com receio das atitudes intempestivas da mãe. Ao longo de toda a narrativa, desejos repentinos de D. Benedita são destacados para dar o exemplo da veleidade da personagem que segue com tais atitudes no decorrer da vida.

Sendo assim, percebe-se que Machado de Assis analisava a sociedade de seu tempo através de seus personagens, representantes de várias funções sociais na nova

sociedade burguesa. Segundo Faoro (2001), o burguês machadiano é apresentado nos textos, mas não carrega um sentimento de mudança em relação à sociedade imperial, algo que exprimisse uma atitude otimista de Machado frente à nova sociedade burguesa que se consolidava entre nós. Esses personagens de Machado de Assis se avolumam nos textos, mas curiosamente estão em trágico embate particular com os limites de sua própria condição social. Tendo a classe social como qualificadora desses personagens, eles são descritos de acordo com suas ocupações, os papéis sociais que exerciam. Ainda segundo Faoro (2001), “No jogo das forças sociais, o concurso das circunstâncias exteriores tem inegável peso, mas o que decide é a fibra do homem, rompendo caminhos à custa de sua ambição” (FAORO, 2001, p.18). Machado de Assis de uma maneira ou outra faz referência ao agente social que prega ideias liberais e convive direta ou indiretamente com a problemática da escravatura. Dentro de um regime escravocrata cruel, o autor conseguiu denunciar, de modo irônico e crítico, um sistema feito de artificialismos retóricos. Conforme Schwarz (2014), essa denúncia grassava no meio literário, sendo “justa no tom” no caso de Machado.

Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como verá, foi de fato uma presença assídua atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso. (SCHWARZ, 2014, p.48).

A grande luta comum do final do século era pertencer à classe burguesa, estar seguro num espaço em que se pudesse usufruir das benesses materiais da vida; pertencer à classe burguesa significava, então, ter dinheiro que simboliza o máximo de valor nesse sistema econômico. Nesse ponto, nota-se que outra força surge na esteira do jogo social, a política. Essa emblematisa meio de garantia e de conquista de poder.

Machado de Assis no conto “A Sereníssima República”, de 1882, reflete sobre o jogo político por meio de uma história inusitada. “Sereníssima República” é uma sociedade composta de aranhas criadas pelo narrador da história. O narrador tem grande admiração pelas aranhas, e, após imaginar um círculo social para sua sociedade, se vê obrigado a dar-lhe um governo para sua organização, “Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um governo idôneo” (ASSIS, 2006, p.137). Desse modo, após procurar por formas de governo, o narrador escolhe optar por uma “república, à maneira de Veneza” (ASSIS, 2006, p.137). Após organizar inicialmente as aranhas, o narrador conta que a distribuição de cargos políticos era importante, procurando assim realizar uma eleição para tal ato. A opção escolhida foi realizar a eleição por meio de um saco com

bolas nas quais havia os nomes dos candidatos. Inicialmente, nota-se que as aranhas escolhidas para fabricar o primeiro saco receberam um destaque dentro da pequena sociedade, cuja participação renderia alguns frutos, segundo o narrador:

Era um saco de cinco polegadas de altura e três de largura, tecido com os melhores fios, obra sólida e espessa. Para compô-lo foram aclamadas dez damas principais, que receberam o título de mães da república, além de outros privilégios e foros. (ASSIS, 2006, p.138).

Diante disso, é possível compreender uma primeira crítica à facilidade com que se conseguiam os cargos e como qualquer participação no meio beneficiava antes que o coletivo, os próprios membros. “Se o bem e o mal não têm voz na partida, há, no alto, a falsa e a verdadeira grandeza” (FAORO, 2001, p.19). Tratada de forma crítica e metafórica pela escolha das aranhas como personagens do conto, o processo eleitoral contado pelo narrador não é perfeito. Os interesses dos insetos começam a se sobressair, apresentando-nos as falhas e fraudes no meio político. Após discussões entre os partidos da Sereníssima República e depois de várias fabricações de sacos para evitar as fraudes, uma eleição consegue ser realizada. Entretanto, os candidatos interessados em serem sorteados para a obtenção do título não demonstravam nenhum tipo de afeição em seguir a carreira de modo a contribuir para a sociedade que foi criada.

Há a integração na camada superior, com o cunho de autenticidade, amoldado o homem aos valores que o absorvem. Tudo acontece quietamente como se nada houvesse de estranho ou anormal, em obediência ao velho costume e aos usos consagrados. A elite circula, fechando os claros em suas fileiras, para continuar o domínio. (FAORO, 2001, p.19).

O ápice do conto e crítica maior realizada por Machado de Assis acontecem quando um candidato tem seu nome sorteado dentre as bolas, mas não é aceito pelos adversários, que cometem uma grande fraude ao dizer que a bola retirada do saco estava com o nome errado. A partir dessa suposição, um dos candidatos requer a participação de um juiz de paz para conseguir “desmascarar” a bola sorteada.

- Em primeiro lugar, disse ele, deves notar que não é fortuita a ausência da última letra do nome Nebraska. Por que motivo foi ele inscrito incompletamente? Não se pode dizer que por fadiga ou amor da brevidade, pois só falta a última letra, um simples a. Carência de espaço? Também não; vede: há ainda espaço para duas ou três sílabas. Logo, a falta é intencional, e a intenção não pode ser outra, senão chamar a atenção do leitor para a letra k, última escrita, desamparada, solteira, sem sentido. Ora, por um efeito mental, que nenhuma lei destruiu, a letra reproduz-se no cérebro de dois modos, a forma gráfica e a forma sônica: k e ca. O defeito, pois, no nome escrito, chamando os olhos para a letra final, incrusta desde logo no cérebro, esta primeira sílaba: Ca. Isto posto, o movimento natural do espírito é ler o nome todo; volta-se ao princípio, à inicial ne, do nome Nebrask. - Cané. -

Resta a sílaba do meio, bras, cuja redução a esta outra sílaba ca, última do nome Caneca, é a coisa mais demonstrável do mundo. E, todavia, não a demonstrarei, visto faltar-vos o preparo necessário ao entendimento da significação espiritual ou filosófica da sílaba, suas origens e efeitos, fases, modificações, conseqüências lógicas e sintáticas, dedutivas ou indutivas, simbólicas e outras. Mas, suposta a demonstração, aí fica a última prova, evidente, clara, da minha afirmação primeira pela anexação da sílaba ca às duas Cane, dando este nome Caneca. (ASSIS, 2006, p.140).

Com a passagem do conto, nota-se como a conjuntura da dominação e das diferenças sociais se sobressaem. A crítica ao processo eleitoral é clara e permite compreender, através das fraudes das aranhas, como os indivíduos formadores da nova república, cujos ideais são os progressistas burgueses, são capazes de ir contra princípios básicos de sociabilidade para benefício próprio. Caneca, que havia ganhado o convencimento do juiz de paz, já estava um passo à frente de Nebraska, evidenciando uma ironia aos “contatos” que, realizados dentro de um círculo, tendem a beneficiar uns e outros em vez do coletivo. Através da aranha Caneca e do juiz de paz, analisamos o indivíduo que a todo custo quer apenas enxergar o desejado, independente se é o mais justo ou não, e que faz qualquer coisa para conseguir o que quer. Essa temática demonstra a fragilidade do ser humano num sistema que corrompe justamente por promover o poder e o dinheiro antes de outros valores como a ética e a moral.

Com posições de prestígio importando cada vez mais na nova sociedade burguesa, busca-se a ascensão social por muitos meios, incluindo o casamento, “As posições não têm dono, há os que sobem e os que descem; há a luta para subir e crescer numa sociedade estilizada, mas fluida em sua textura, a aberta às ascensões e às escaladas” (FAORO, 2001, p.20). Assim, podemos lembrar novamente do conto “Dona Benedita”, em que temos a importância dada ao casamento de Eulália e o jogo social envolvendo os pretendentes da moça.

Segundo Faoro (2001), a sociedade era “não rígida, mas respeitosa da hierarquia” (p.20), ou seja, era possível uma ascensão rápida e por meios fáceis, mas há condutas que devem ser seguidas para se manter na posição alcançada. Mais uma vez segundo Faoro (2001): “Hierárquicas são as relações entre as pessoas e as categorias, hierarquia muitas vezes sutil se insinua na etiqueta e nas cortesias” (p.23). Faoro (2001) usa a expressão “cunhagem” para se referir a essa ascensão fácil. Segundo o estudioso, o homem humilde, ao chegar em outra classe, “recebe” o que é preciso para fazer parte do novo lugar. Entretanto, mesmo recebendo orientações sobre as normas de uma nova posição, esse homem de raiz humilde naturalmente não se ajusta tanto quanto o homem nascido em

classes economicamente mais altas. Machado de Assis marcou essa questão histórica na construção de seus enredos. Faoro (2001) discorre sobre Machado:

A absorção por cunhagem apresenta-se, na obra machadiana, mais pelo lado negativo do que pelo positivo. Nenhum homem de origem humilde, na extensa galeria de suas personagens, alcançou a cadeira senatorial ou envergou o imponente uniforme de ministro. Somente em sonho, ou por efeito da fantasia, personificou-se alguém no cargo de presidente do Conselho, o nosso primeiro-ministro indígena. Entra-se no clube oligárquico, já se observou, no posto inferior, e daí, passo a passo, manhosamente, alcança-se o cume, o topo da pirâmide. Lembre-se, mais uma vez: quem decide o primeiro passo não é o talento oratório ou jornalístico, a habilidade para captar ou arregimentar o eleitorado, o charme que seduz as multidões. (FAORO, 2001, p.26).

A oportunidade de “cunhagem” era possível ao homem pobre, porém, de certa forma, quase impossível para o negro. Faoro (2002) vai dizer que para a “escalada” era preciso rendas ou tradição familiar. Não havendo essas, o ritual para granjear uma posição não era flexível. Nesse caso, cabe a reflexão sobre como o negro poderia tentar ascender socialmente se ele não tinha oportunidade para tal. A ascensão do homem pobre, livre e que já exercia algum trabalho na sociedade era uma batalha de difícil vitória, mas para o negro, vencer em uma sociedade de mentalidade escravocrata era praticamente impossível. Assim, segundo De Rezende (2014), o negro nunca teria essa mobilidade econômica, pois “não havia nesse caso qualquer projeto de inserção do negro na sociedade livre que estava por emergir”. (DE REZENDE, 2014, p.119)

Nessa perspectiva, encontra-se outro critério que dificultava a fixação do homem humilde na camada superior. A subida não contentava quem já estava em ascensão; esse criava, então, vários impedimentos para a permanência do homem que vinha das camadas mais humildes na classe mais abastada. Não era qualquer homem que conseguia ascender socialmente, que era bem visto e bem recebido. O que vinha de uma profissão braçal, como o negro por exemplo, tinha nessa condição mais um obstáculo que, segundo Faoro (2001), “Pior do que isso não havia, nem mesmo o passado nos bancos da criminalidade” (p.29).

[...] embora não rigidamente fechada, a sociedade, para a escalada era necessária uma base, base que a pobreza impedia. Seria necessário, em primeiro esforço, ter alguma coisa para ter muito – crédito e reputação, experiência e relações no comércio. No nível do estrato sem esperança, à mingua de heranças, casamentos ricos, proteções, está a sorte do tipógrafo [...]. (FAORO, 2001, p.32).

Nesse ponto, nota-se a importância dada às titulações na sociedade do século XIX, pois elas franqueavam o acesso ao poder. Essas titulações poderiam ser obtidas por meio de casamentos afortunados ou heranças ou através da obtenção de títulos e patentes

recebidos por órgãos governamentais ou pela Corte. “Era o delírio da nobreza, sombra e imagem da ambição nobiliárquica, doença que teria contaminado o nosso Império, tão pródigo de títulos, extravagantes de sua liberdade” (FAORO, 2001, p.42). Diante desse novo jogo de ascensão, segundo Marques (2013), mesmo com pouco espaço nessa sociedade, o negro escravizado por vezes conseguia, por meio de brechas nas leis da abolição, alcançar a sua alforria e, assim, exercer cargos junto ao exército como soldado. Esse cargo era o máximo permitido a ele, sempre limitado pela nossa sociedade a ascender socialmente. De acordo com Schwarz (2014), a pretensão de ascensão dentro da sociedade brasileira, que almejava ser progressista, não condizia com as atitudes que compunha tal sociedade. A igualdade, a liberdade e o universalismo pregados pelo liberalismo europeu não se coadunavam com nossa realidade conforme nos mostra Schwartz (2014). Nessa esteira, os propósitos dos latifundiários estavam ligados à ideia da escravidão. Como lembra o crítico, o capital brasileiro da época dependia totalmente desses latifúndios, havendo então maior contradição entre nossa realidade e as ideologias liberais tomadas de empréstimo e totalmente “fora do lugar”.

Nesse caminho, o crítico desenvolve a ideia sobre sistema de favor na nossa contraditória sociedade oitocentista, conforme já apontamos, o que reforça a inadequação dos ideais liberais em nosso país à época. O favor era oferecido por aqueles que tinham influência e poder a todo tipo profissionais livres que dependiam, então, dessa lógica do favor para se estabelecerem. Ora, dessa forma, somente aquelas pessoas “bem relacionadas” conseguiam se colocar em suas profissões. De acordo com Schwarz (2014), essa sistematização do favor em nossa cultura revela muito sobre o próprio sistema escravocrata, pois, ao final, a lógica das relações está baseada num poder desigual, de base econômica.

Nessa mesma esteira da ascensão social, segundo Moraes (s.d), havia na sociedade, uma tentativa de ascender socialmente sem esforços. Assim como Schwarz (2014), o autor discute o ingresso no mundo do trabalho como dependente de alguns fatores como o favor e a prática das novas dinâmicas sociais que iam se consolidando. A aparência precisava ser ajustada a determinados valores. Nesse prisma, encontramos no conto “Teoria do Medalhão”, presente no livro “Papéis Avulsos” (1822). Com uma preocupação diante da necessidade de ascensão social na sociedade burguesa, o pai do jovem futuro medalhão se dedicou a planejar o futuro do seu filho. O conto “Teoria do Medalhão” revela de maneira irônica como a ascensão social se fazia necessária para a sobrevivência naquela sociedade. O diálogo apresentado no conto se passa no aniversário

de 21 anos do filho, idade essa que o pai julga muito importante para que o rapaz comece a pensar sobre o seu futuro na sociedade, “[...] o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum” (ASSIS, 2006, p.61).

Diante disso, é possível compreender na leitura como o pai conhece as normas para a obtenção de lugares mais estáveis e seguros socialmente. E ele as apresenta ao filho. O pai, então, narra as decisões que o filho deverá começar a tomar para ter lugar de destaque na sociedade por volta dos 40 anos. São essas: abrir mão de suas ideias e ouvir a dos outros; não andar desacompanhado para não demonstrar solidão; frequentar livrarias não por prazer, mas para ser visto; modificar o seu vocabulário empregando poucas expressões para não parecer exagerado. Aqui é possível resgatar outra reflexão de Schwarz (2014) que nos mostra como os novos valores tomados pela sociedade a disciplinava de maneiras muito incoerente, chegando a ser observada de modo irônico por Machado no conto em questão. A grande ironia do conto que, em sua base, critica uma sociedade que favorece uma absurda padronização dos valores e costumes como forma de restringir a entrada de outras classes sociais - com diferentes origens, religiões, valores etc - num espaço privilegiado. Nas palavras do pai: “O sucesso de certa ordem, embora de pouca monta podem ser trazidos a lume, contando que ponham relevo a sua pessoa” (ASSIS, 2006, p.66).

É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Jericó ao som das trompas sagradas, só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesadão e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o ordorífero das flores, o anilado dos céus, o prestimoso dos cidadãos, o noticioso e succulento dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário. (ASSIS, 2006, p.67).

Após certo tempo de conversa, o pai faz as suas últimas observações. O filho deve se privar até mesmo do riso, deve se manter sério, “[...] podes brincar e rir alguma vez, Medalhão não quer dizer melancólico” (ASSIS, 2006, p.68). Nota-se, ao longo da narrativa, como a ascensão social do filho era importante para a também ascensão social do pai. Todos os requisitos listados pelo velho demonstram, de modo irônico, como era entendido da organização da sociedade de sua época. A ironia, marca registrada nos escritos de Machado de Assis, era, segundo Lopes (2007) usada como elemento para

“camuflar as suas críticas” (p.2). No conto, Machado usa de muitos artifícios irônicos na linguagem com que apresenta seus personagens. Nossa reflexão acerca da ironia na história cresce ao notarmos como o pai aniquila a subjetividade do filho e, dessa forma, surge a construção do silêncio do filho durante o diálogo, ouvindo e “ruminando” as instruções do pai. Logo nos primeiros parágrafos do conto, o pai não esconde o seu objetivo ao mencionar que “Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade” (ASSIS, 2004, p.62), deixando claro que, a partir daí, nada que o filho opinasse, mudaria o rumo da conversa. O traço irônico mais marcante da narrativa - lembrando que Machado elabora suas críticas de forma sutil e velada - é o fato de que o rapaz ia sendo preparado para uma vida que não almeja. O desejo expresso é exclusivo do pai. Assim, após conseguir o cargo de medalhão, viverá um desejo que nunca de fato lhe pertenceu.

Além da distribuição de patentes e títulos, as honrarias eram também muito ofertadas, como por exemplo a de Conselheiro de Estado. Interessa observar que as honras oferecidas pelo Conselho do Estado a um cidadão apenas “gozavam de títulos honorífico de “conselheiro”” (FAORO, 2001, p.46), ou seja, esse indivíduo não tinha função alguma no Conselho do Estado. Além dos títulos de Barão, Conselheiro e demais títulos já existentes na Corte, com Dom Pedro II surgem os comendadores, “superiores em grau aos oficiais e cavaleiros” (FAORO, 2001, p.47). Nesse panorama, seguindo os estudos de Faoro (2001), o Segundo Reinado não teria se contentado apenas com essas posições, abrangendo as promoções à Guarda Nacional. “Era um acontecimento, a patente da Guarda Nacional que dava lustre às famílias e prestígio ao agraciado” (FAORO, 2001, p.48). Acontecimento esse que pode ser observado no conto “O espelho. Esboço de uma nova teoria da alma humana”, também contido em “Papéis Avulsos” (1882).

Nesse conto, o protagonista Jacobina recebe a titulação de alferes da Guarda Nacional, o que faz com que sua vida mude completamente a partir do momento em que veste a farda. Assim como muitos homens, Jacobina estava longe de ser pessoa abastada. “Tinha vinte e cinco anos, era pobre e acabava de ser nomeado alferes da guarda nacional” (ASSIS, 2006, p.145). Revelava satisfação em ter conquistado o posto ao mencionar que, “o posto tinha muitos candidatos e que estes perderam” (ASSIS, 2006, p.145). Para remarcar o grau de prestígio da titulação, o conto narra como a conquista de uma farda era de desejo das famílias e de seus rapazes. Jacobina menciona ainda a inveja e o ciúmes que a farda causava nos jovens que também pleiteavam o cargo.

Lembra-me de alguns rapazes, que se davam comigo, passaram a olharme de revés, durante algum tempo. Em compensação, tive muitas

peças que ficaram satisfeitas com a nomeação; e a prova é que todo o fardamento foi me dado por amigos... (ASSIS, 2006, P.145).

Assim, reafirmamos que ambição por títulos na sociedade da época era grande, pois essa era uma segura via de ascensão social e de pertencimento à classe que se configurava como a elite da cidade do Rio de Janeiro. Um dos momentos mais importantes do conto é quando o rapaz vai hospedar-se na fazenda da tia, D. Marcolina, que não poupa momentos para chamar o sobrinho de alferes, reafirmando assim, na alma do rapaz, o posto e as vantagens advindas desse.

Jurava que em toda a província não havia outro que me pusesse o pé adiante. E sempre alferes; era alferes pra cá, alferes pra lá, alferes a toda hora. Eu pedia-lhe que me chamasse Joãozinho, como dantes; e ela abanava a cabeça brandando que não, que era o “senhor alferes”. (ASSIS, 2006, p.146).

O tratamento especial que Jacobina ganhou na fazenda incluía um enorme espelho, com partes em ouro, que foi colocado em seu quarto durante os dias de hospedagem. O rapaz, sem se dar conta, ia consolidando sua “alma exterior”, como o próprio narrador designa, para além de sua “alma interior”, deixando que o título da guarda nacional apagasse o seu sujeito, “- O alferes eliminou o homem” (ASSIS, 2006, p.147).

Imagine-se o efeito do posto num tenente-coronel, que além da honraria, somava as atribuições da patente, poderes de recrutar, cobrar prestações, convocar as instituições e manter a ordem. Manter a ordem significa assegurar as instituições, tais como entendidas pelos potentados locais. (FAORO, 2001, p.49).

Com o título e a nomeação a sua frente, Jacobina vê-se diante de um novo homem. Além da dona da casa, os escravos da fazenda de D. Marcolina, seguindo o exemplo de sua senhora, tratavam Jacobina como “senhor alferes”, conquistando a confiança do rapaz que já se deixava levar pela nova posição. Assim, sua confiança na patente e na imagem que consolidou passava também pelo tratamento dos escravos.

Nhô alferes de minuto a minuto. Nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser general; nhô alferes há de se casar com moça bonita, filha de general; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático. Ah, pérfidos! Mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados. (ASSIS, 2006, p.148).

Ou seja, o tratamento recebido pelos escravos ajudou na construção do alferes, já que a obediência por parte deles reforçava o orgulho do rapaz com seu título. Desse modo, conquistando a confiança de Jacobina, o conto mostra a destreza dos escravos ao tramarem a fuga. Segundo Duarte (2020), a voz de confissão no conto, retratada pela primeira pessoa, acentua a inteligência e esperteza dos escravos na oportunidade que a

situação proporcionou. Nessa perspectiva, o conto acentua o ato dos escravos no momento em que Jacobina se vê totalmente só. Anteriormente, com a ausência apenas da tia, o rapaz ainda se via superior aos membros da senzala, resguardando-lhe o estatuto de chefe da casa e a sua alma alferes. Porém, com a ausência dos negros, Duarte (2020) irá dizer que “[...] pela ausência do negro - e de seus papéis sociais: motor da produção e forma submissa - interfere no modo de ser do outro componente da relação” (DUARTE, 2020, p.302).

A passagem dos escravos na narrativa coloca em discussão uma importante questão sobre o tratamento dado à escravidão por Machado de Assis em seus escritos. Segundo os estudos de Faoro (2001), assim como retratado no conto “O Espelho”, “A fazenda está vinculada ao escravo. [...] Sem o escravo, a fazenda seria a desolação, o nada” (p.38). Segundo Lopes (2007), Machado se referia à escravidão com ironia, “pelo disfarce, pela construção alegórica” (LOPES, 2007, p.2). Ademais, a escravidão ocupava uma visão analítica do escritor por meio das relações sociais. “É na representação das relações entre senhores, escravos e libertos, e da visão de mundo destes, no contexto de uma sociedade e de uma mentalidade escravistas, que o tema se faz presente” (LOPES, 2007, p.2). Desse modo, ainda segundo Lopes (2007), é possível analisar a forma com que Machado utilizava de sua ironia sutil por meio dos diálogos dos personagens negros e libertos, para criticar veladamente as decisões do movimento escravista e como a abolição foi realizada. Segundo o estudioso Duarte (2020), em seu livro “Machado de Assis Afrodescendente: Antologia e Crítica”, observa que Machado jamais esboçou “em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ao subtendido, à escravidão” (DUARTE, 2020, p.264).

Encontramos o mesmo contexto e temática em uma outra fazenda marcante da obra Machadiana, a fazenda de “Pai de Todos”, no conto “Virginius (narrativa de um advogado)”, publicado em 1864, originalmente no “Jornal das Famílias” e presente no livro “Machado de Assis Contos (quase) esquecidos”. A fazenda em destaque no conto também reforça a visão de Schwarz sobre um Brasil que prega o modelo econômico liberal, porém mantém o pensamento escravocrata.

O conto é o relato de um advogado que é chamado por um personagem, denominado Pai de Todos, para defender um escravo livre de sua fazenda. Nota-se que os nomes dos personagens e a posição ocupada por Pai de Todos, cujo nome é Pio, fazem remissão à Bíblia. “É um fazendeiro destas paragens, o velho Pio. O povo dá-lhe o nome de Pai de todos, porque o velho Pio o é na verdade” (ASSIS, 2009, p.92). “Pio não é um

mito: é uma criatura de carne e osso; vive como vivemos; tem dois olhos, como tu e eu...” (ASSIS, 2009, p.93). Observa-se como a narrativa foi construída para demonstrar que a fazenda de Pio era discrepante em relação às outras fazendas em que havia escravos. “Escravo é o nome que se dá, mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus” (ASSIS, 2009, p.95). Contudo, infere-se, a partir da relação de Pio com os escravos, que esse assume, “um discurso falsamente abolicionista e filantrópico ao conceder a alforria aos seus escravos, sem, contudo, significar isso uma concretização efetiva da liberdade” (LOPES, 2007, p.3). Assim, segundo Lopes (2007), Machado construiu, pelo viés do paternalismo, um senhor de fazendas que mantinha seus escravizados pela relação de favor, como antes observado por Schwarz (2014). O crítico, ao tratar a relação de dominação baseada no favor, elabora uma série de verificações acerca de como um poderoso poderia cobrar e manter uma dívida com a pessoa vulnerável. Esclarece que o favor sustenta a submissão e, ao mesmo tempo, o submisso depende dele para conseguir entrar na esteira social de prestígio. A relação que se cria - mesmo o personagem de Pio tentando demonstrar o contrário no conto de Machado - é uma relação abusiva e de grande dependência. Dessa forma, segundo Lopes (2007), a personagem ao longo da narrativa, tende a disfarçar a autoridade pelo véu da proteção,

O paternalismo, enquanto ideologia senhorial, manifesta-se na relativa aproximação entre o dependente e o seu Outro, através do favor, trazendo em seu bojo a demarcação da fronteira que os separa. Disfarçado de atitude benevolente, na prosa de Machado de Assis, ele revela uma política de dominação marcada pela subordinação dos dependentes aos desígnios do estamento senhorial. (LOPES, 2007, p.46).

Centrando-nos na narrativa, por detrás do chamado de Pio, está a trágica história do escravo Julião e sua filha Elisa, assassinada pelo pai em proteção de sua honra. O conto retrata, segundo Duarte (2009), “[...] a representação da crueldade inerente às relações interétnicas do século XIX” (DUARTE, 2009, p.262). Elisa, que desde criança mantinha uma amizade com Carlos, filho do fazendeiro Pio, se vê ameaçada por ele e, por medo, conta ao pai. As palavras dirigidas à Elisa por Carlos, “Hás de ser minha” (ASSIS, 2009, p.98), demonstram como as relações sociais colocam a menina Elisa, livre e filha de escravo livre, como algo que pode pertencer a ele, apenas por sua vontade, retirando de Elisa toda a sua vontade própria e humanidade. Tendo em vista esse contexto cruel escravista, Duarte (2009) vai mencionar que [...] o autor (Machado) produziu narrativas em que a condição social humana dos afro-brasileiros emerge de forma explícita,

desvelando o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista (DUARTE, 2009, p.262).

Diante da situação em que se encontra, o advogado que nos narra a história procura saber os detalhes da tragédia para que se possa entender o motivo de Julião ter assassinado a filha. O enredo do conto diz respeito ao patriarcado escravista, ao tratamento dado às mulheres negras, mesmo livres. Julião, homem mais velho, aparentemente conhecia o fato de que sua filha poderia ser desonrada por aquele que prometeu não chegar mais perto dela. Julião, então, conta ao advogado que, após um ataque de Carlos à Elisa, foi preso e, ao ver o estado de sua filha, considerou a morte da jovem. Em um relato comovente, narra-se o acontecido principal do conto:

- Chega-te para mais perto, disse este. Elisa obedeceu.

Julião tinha os braços atados; mas podia mover, ainda que pouco, as mãos. Procurou afagar Elisa, tocando-lhe as faces e beijando-lhe a cabeça. Ela inclinou-se e escondeu o rosto no peito de seu pai.

A sentinela não dava fé do que se passava. Depois de alguns minutos no abraço de Elisa e Julião, ouviu-se um grito agudíssimo. A sentinela correu aos dois. Elisa caíra completamente banhada em sangue. (ASSIS, 2009, p.101).

O momento é analisado e aproximado de uma história trágica romana à qual o advogado faz a referência. Nesse sentido, o leitor consegue acompanhar as angústias do pai e analisar o fato pela ótica de que Julião considerava o tratamento da mulher negra como objeto sexual como algo pior que a morte. Logo após assassinar a filha, ele confirma isso ao leitor, “- Dize a Deus, minha filha, que te mandei mais cedo para junto dele para salvar-te da desonra” (ASSIS, 2009, p.101).

Após o ápice do conto, outro retrato da sociedade do século XIX é representado nas aflições de Julião quanto ao julgamento. Sabendo de seu lugar naquela sociedade, receava que os jurados e o juiz não compreendessem o motivo de seu feito, mas isso não era o pior, pois receava ainda ser julgado por Deus, reforçando a humanidade do escravizado.

-Serei seu advogado, descanse, estou certo de que os juízes reconhecerão as circunstâncias atenuantes do delito.

-Oh, não é isso que me aterroriza. Seja ou não condenado pelos homens, é coisa que nada monta para mim. Se os juízes não forem pais, não me compreenderão, e então é natural que sigam os ditames da lei. Não matará, é dos mandamentos bem que sei... (ASSIS, 2009, 102).

Ao final do conto, Julião é condenado a 10 anos de reclusão. O narrador do conto deixa claro como o relato de Julião foi comovente para o júri e o juiz. “Os jurados tinham ouvido a lei, e igualmente ao coração” (ASSIS, 2009, p.106).

A escravidão retratada na obra machadiana, ainda segundo Faoro (2001), é, na sua maioria, urbana, “abandonando o clichê da sociedade do Segundo Reinado como sociedade polar entre senhor rural e escravo, tenha-se em conta que Machado de Assis vive, na sua ficção a sociedade urbana” (p.34). Faoro explica que com a urbanização do Rio de Janeiro, muitas famílias se transferiram para a cidade, arrendando suas fazendas e escravos, como é o caso de D. Glória, mãe de Bentinho em *Dom Casmurro*. Trata-se então da formação de uma peculiar burguesia que mantém a escravidão dos negros para ganho material.

Durante o período em que Machado de Assis trabalhou como funcionário público no Ministério da Agricultura, ele esteve estreitamente ligado às questões e decisões políticas de seu tempo, incluindo as leis abolicionistas. Segundo Duarte (2009), o contexto político do Segundo Império colaborou intensamente para a escrita do “[...] o romancista irônico que experimenta os muitos caminhos da ficção a fim de compor um retrato sem retoques de seu tempo e seu país” (p.11). Machado acompanhou diversas decisões e aprovações acerca de pautas e leis, inclusive a Lei do Ventre Livre. Como nos lembra Chalhoub (2003), diversos políticos brasileiros se opuseram à aplicação dessa Lei e de outras mudanças a favor das pessoas que viviam em condição de escravidão. Ademais, muitos eram senhores de terra, sendo assim eram capitalistas e escravagistas ao mesmo tempo, reforçando a ideia da escravidão como forma de manter determinadas economias e posses, não facilitando para a aprovação de diretrizes que previam uma vida mais humana para os cativos.

Ainda segundo os estudos de Roberto Schwarz (2014), a “Declaração dos Direitos dos Homens do Brasil” não escondia sua faceta superficial, deixando evidente todas as ideias em prol da escravidão. Nesse sentido, os políticos mais uma vez se esforçavam para ajustar ideais modernos a uma sociedade atrasada, em que se utilizava a força de trabalho do homem escravizado. Lembremos com o crítico que a situação de escravidão além de manter condições cruéis de trabalho, tinha como base comportamentos violentos.

Desse modo, tendo no Conselho de Estado homens a favor e homens contra à emancipação dos escravizados sem adiantamento, Dom Pedro II interveio para que o assunto se tornasse pauta de discussão no referido Conselho. Sendo assim, um projeto único foi redigido por Nabuco de Araújo que “arregaçou as mangas e pôs-se a redigir uma proposta de projeto único, apresentada à apreciação dos companheiros de comissão em 20 de agosto de 1867” (CHALHOUB, 2003, p.153). Diante disso, Dom Pedro II colaborou para que a lei do Ventre Livre não saísse de pauta no Conselho e, de acordo

com Chalhoub (2003), as intervenções do regente foram muito importantes nos debates dos parlamentares, fazendo com que o projeto prosseguisse mesmo que alguns dos membros desejassem que o início da libertação acontecesse somente ao fim da guerra. “A linguagem cautelosa de D. Pedro II talvez indicasse a disposição em esperar pelo fim da guerra. E talvez sugira, quanto aos eventos que se seguiram, impaciência em dar fim àquela guerra” (CHALHOUB, 2003, p.155). A situação fez com que, a certo ponto, Dom Pedro II criasse um gabinete com parlamentares conservadores e liberais. Ainda segundo Chalhoub (2003):

O país ficou então com um gabinete conservador e uma Câmara unanimemente conservadora, ambos contrários a discussão da questão do “elemento servil”. Para os liberais e outros simpatizantes da causa da emancipação, d. Pedro II dera marcha ré, cedendo finalmente à resistência que os políticos e fazendeiros opuseram desde o início ao projeto de emancipação. Aos derrotados do momento, restava o protesto. (CHALHOUB, 2003, p.155).

Machado de Assis, segundo Duarte (2020), esteve em contato com a promulgação da Lei do Ventre Livre devido ao cargo que ocupava no governo. Desse modo, o escritor, sendo um dos defensores da lei, se refere a ela em textos ficcionais e em suas atitudes como cidadão. Em suas crônicas, e acordo com Duarte (2020), Machado foi capaz de criticar os políticos que se diziam abolicionistas e foram capazes de votar a favor dos senhores das fazendas. Além desse posicionamento, Machado criticava fazendeiros que, após a assinatura da lei, foram atrás dos cativos para conseguir mão de obra barata.

Machado ironiza a ação de fazendeiros que saíam à cata dos fugidos ou recém libertos a fim de contratá-los como assalariados. Assim, dois dias antes da assinatura da lei, o autor coloca em evidência o quanto havia de irreversível na nova situação de abandono a que estavam sendo relegados, os negros: sem os direitos inerentes à cidadania e sem uma legislação trabalhista que os protegesse (DUARTE, 2020, p.279).

Nessa perspectiva, cabe lembrar que a ideia de abolição está presente nas narrativas de Machado através de uma resistência representada por seus personagens a partir de fugas e da não conformidade com a realidade historicamente dada. O conto “Pai contra Mãe”, publicado em 1906, no livro “Relíquias da Casa Velha”, trabalha com a temática da fuga a caminho de uma libertação. “A fuga, gesto de afirmação do sujeito me busca da precária liberdade, opõe o escravo tanto ao seu senhor quanto ao malungo que prefere a senzala ao risco da captura e dos castigos” (DUARTE, 2009, pp.270-271).

O conto se inicia com uma frase contendo grande peso reflexivo: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (ASSIS, 2009, p.147). Segundo Duarte (2020), a narrativa é perpassada por uma visível

violência advinda da dominação racial. Essa ideia pode ser evidenciada devido aos vários aparelhos de castigo e tortura que são citados no início do conto. “Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé, havia também a máscara de folha-de-flandres” (ASSIS, 2009, p.147). Ademais, a narrativa deixa claro o principal motivo da fuga dos escravos: os maus tratos recebidos de seus senhores. “Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada” (ASSIS, 2009, p.147).

O escravo tratado como mercadoria era dinheiro para seu senhor. Dado como um trabalho sujo pelo próprio enredo, a captura de escravos era, para os senhores das fazendas, uma necessidade, já que “o sentimento de propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói” (ASSIS, 2009, p.149). A reflexão cresce no conto ao passo que a desumanização do escravo acontece. Mantendo um sistema injusto por trás de uma fachada de ideologia liberal, o sistema escravocrata, segundo Schwarz (2014), dissipava os princípios liberais ao ponto de não assegurar a todos os homens a igualdade perante a lei, a liberdade do trabalho e o universalismo. Dessa forma, o modo de tratamento recebido pelas pessoas escravizadas reforça o argumento do estudioso de que a sociedade burguesa brasileira apenas utilizava as ideias liberais europeias de forma ornamental. Assim, o presente conto retrata como a sociedade foi capaz de colocar o escravizado como mercadoria e bem, retirando dele todos os seus princípios humanizadores, como a dignidade e a segurança. Suas vontades eram decididas por “seus donos”. É possível notar a crueldade social tematizada no conto seja através da fuga da escravizada Arminda, seja do desespero de Candinho, homem branco e pobre, também marginalizado numa sociedade que não reserva um lugar digno para ele, “Neste contexto, tanto escravos quanto homens livres veem-se, de alguma forma, dependentes daqueles que compunham o primeiro estamento social” (LOPES, 2007, p.86). Assim, Cândido Neves é apresentado como aquele que “não tem a capacidade” de se manter em um emprego, seja por falta de desejo, seja por falta de habilidades, e que se casa de forma irresponsável, pois não pode sustentar uma família. Resta-lhe a captura de “escravos fujões” porque era o único trabalho que lhe cabia.

Nesse ponto, podemos ler mais uma vez as reflexões de Schwarz (2014) sobre a condição imposta ao homem pobre livre que segundo o teórico, “Não sendo proprietários nem escravos, essas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante” (pp. 67-68). Assim, segundo Schwarz (2014), a colonização e as terras dividiram a sociedade em três classes, “o

latifundiário, o escravo e o “homem livre”” (p.51), esse último, considerado pelo estudioso como dependente, não possuindo todas as oportunidades na sociedade do Brasil escravista, esse homem pobre não terá a capacidade de ascender socialmente sozinho, dependendo da ajuda de um “grande” (p.51). Portanto “[...] os homens pobres vivem ao deus-dará, sobretudo cortados da esfera material institucional do mundo contemporâneo” (SCHWARZ, 2014, p.68).

O conto mostra como o personagem vê o “escravo fujão” apenas como um objeto a ser devolvido ao seu dono. De acordo com Lopes (2007), a busca de Candinho demonstra a representação do homem pobre que vê a chance de domínio sobre o escravizado e conseqüentemente, a oportunidade de se elevar socialmente.

Além disso, “Pai contra mãe” promove o desmascaramento da lógica escravista e do trabalho livre que imprimem ao subordinado a adoção de uma lógica própria capaz de lhe proporcionar a sobrevivência. Entendo-o enquanto exímia representação da sociedade oitocentista brasileira, a partir de um ponto de vista histórico e político adotado pelo autor, ao compor aquelas páginas. (LOPES, 2007, p.96).

Sendo assim, a história então nos põe diante de reflexões acerca das atitudes do homem. Seria ele realmente alguém sem piedade pelo outro ou alguém desumanizado pelo sistema que o marginaliza? “Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não se brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo” (ASSIS, 2009, p.151). Segundo o autor (2020), o regime instaurado pela escravidão e pela pobreza contribui para o “embrutecimento do homem branco servo do sistema, cujas falas e ações terminam compondo um cenário pleno de sarcástica dramaticidade, favorecida pelo ritmo acelerado com que tudo acontece” (DUARTE, 2020, p.309).

Fenômeno recorrente, a fuga ganha contornos de problema e alicerça o principal traço realista do texto. Ao multiplicar-se, a rebeldia negra faz surgir uma ocupação para o exército de reserva composto por homens livres, pobres e desocupados: o “ofício” de capitão do mato. A partir desta constatação, o escritor monta o tenso xadrez do conto, e com a habilidade dos grandes mestres, traz o branco desvalido para o centro da ação. (DUARTE, 2020, p.307).

Adiante no conto, o personagem se depara com a própria família sem ter o que comer, sem o teto sob o qual moravam e com a criança sem alimento. E como não tinha emprego com garantias, propõe deixar a criança na “Roda”. Primeiramente, o homem decide que ele mesmo levará a criança até o lugar, porém se depara com uma negra escravizada no meio do trajeto, cuja recompensa para captura era de cem mil réis. Interessante no conto é notar a ironia de como é sugestivo os lugares por que Candinho percorre ao procurar a escrava. “Saiu de manhã a ver e indagar pela rua e largo da Carioca,

rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio” (ASSIS, 2009, p.155). A “rua do Parto” se liga semanticamente ao fato de Candinho carregar o filho há pouco nascido para entregá-lo à roda. O nome da rua se liga ainda à Arminda, “a escrava fujona”, que estava grávida, o que será revelado mais adiante no conto. Do mesmo modo, a “rua da Ajuda” relaciona-se às reflexões acerca do percurso que o personagem faz para capturar a escravizada e receber a recompensa. Ou seja, a escravizada é a ajuda que precisava para se manter com o filho.

A escravizada suplica por piedade por estar grávida, mas nada que fizesse o homem mudar de ideia. “Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho” (ASSIS, 2009, p.158). O personagem não pensou em ajudar a mãe que lhe pedia por ajuda, entregou-a ao dono e recebeu a recompensa. O ato do personagem, segundo De Assis Duarte (2020), demonstra que Candinho sentiu que, com a suposta perda do filho para a Roda, esse havia nascido novamente. Contudo, as consequências da captura de Arminda vieram logo em seguida, “carregadas de trágica ironia” segundo Duarte (p.309).

No chão, onde jazia, levantada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo durou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à rua da Ajuda, e foi o que fez ele sem querer conhecer as consequências do desastre. (ASSIS, 2009, p.158).

Com um gesto frio, após voltar para a casa com seu filho e o dinheiro da recompensa, disse “-Nem todas as crianças vingam [...]” (ASSIS, 2009, p.158), reforçando o jogo social e racial que o conto construiu. “O realismo do conto desvela o caráter sistêmico da violência instalada na sociedade, que uns submete pela escravização e a outros pela pobreza” (DUARTE, 2009, p.272).

Segundo Sanseverino (2018), a construção complexa dos personagens principais revela suas semelhanças e suas diferenças. Candinho, mesmo sendo um homem pobre, era livre e não respondia a ninguém; já Arminda, não gozava da liberdade que Candinho possuía. Entretanto, a construção das dores dos personagens é feita de maneiras semelhantes, sugerindo uma proximidade na marginalidade em que ambos viviam. Porém, as diferenças em suas condições sociais faziam com que Candinho não notasse em Arminda os mesmos medos que sentia. O fato distintivo ocorre quando, mesmo estando em posições semelhantes, não seria os dois pais a perderem os filhos pois a luta pela sobrevivência é divergente, “[...] beijando o filho entre lágrimas verdadeiras,

abençoava a fuga e não lhe dava do aborto” (ASSIS, 2020, p.233). Assim, segundo Sanseverino (2018), “O leitor é levado a ver a dor, o medo e o desespero da escravizada. Aquilo que Cândido Neves não demonstra sentir, sentiu Arminda ao abortar. Ela perdeu o filho. Seu pedido inicial apelava justamente para o caçador, usando a maternidade como argumento. Sem saber, ela tocou na ferida de Cândido Neves, que a prendia para salvar o filho. Soltá-la seria perder a última esperança” (SANSEVERINO, 2018, p.170).

A presença de muitos personagens negros na narrativa machadiana nos oferece caminhos para pensarmos sobre o engajamento do autor que deu visibilidade e denunciou todo o regime social e político da escravidão que dilacerava a dignidade dos escravizados e ex-escravizados. Segundo Lopes (2007), esses personagens apontam para a “[...] adoção de um posicionamento crítico por parte do escritor frente às questões históricas de seu tempo” (p.4). A obra de Machado de Assis representa uma memória da sociedade do século XIX carregada de histórias que precisam ser contadas, lembradas e denunciadas. Nesse sentido, Machado é considerado por muitos escritores como “homem de seu tempo e de seu país”, um “Caramujo nem sempre encolhido, capoeirista da palavra, Machado soube ser o guerrilheiro consciente de suas armas e de seus alvos” (DUARTE, 2020, p.329).

2.1 A condição de vida da mulher negra no oitocentos machadiano

Vimos que a sociedade brasileira escravagista tomava emprestado valores da sociedade liberal europeia para ornamentar sua prática econômica e social retrógrada e desumana, baseada na escravidão. De acordo com Roberto Schwarz (2014), a implementação de valores e ideias liberais, sem sua implicação efetiva, gerou uma hipocrisia geral na sociedade burguesa oitocentista brasileira. A escravidão colocava a sociedade brasileira liberal com um logro em seu próprio centro.

Assim, como já abordamos, a sociedade brasileira atuava de forma figurada e alegórica no que se referia aos ideais progressistas, sendo a mulher negra uma de suas vítimas mais castigadas. De modo geral, segundo Muricy (1988), a preocupação com a mulher se baseava nos princípios do higienismo, pois as recomendações médicas criticavam o excesso de sociabilidade e de exposição femininas, tendo como limite a proteção da “guardiã da prole” (p. 64). Entretanto, as questões que rodeavam o feminino, provenientes dos valores burgueses, destoavam dessa representação feminina nos escritos de Machado. O escritor, crítico ao papel burguês da mulher em sua sociedade, promoveu

e desenvolveu, em suas personagens femininas, o avesso do que a sociedade burguesa desejava. Assim, de acordo com Abreu (2013), Machado trazia a mulher afro-brasileira para sua narrativa e não se limitava a discutir apenas veladamente suas tragédias, apresentando as “relações sociais desiguais e discriminatórias que se estabeleciam entre senhores e escravas (p. 353).

Nessa perspectiva, as relações sociais às quais as mulheres negras escravizadas eram submetidas redesejavam a sociedade que almejava o progresso e retinha-se com a cabeça sobre o travesseiro do tradicionalismo. Cabe lembrar de Arminda, escrava mãe, do conto “Pai contra Mãe”. A construção de Arminda representa a primeira tomada de liberdade sofrida pela mulher negra da sociedade escravagista: o direito de ser mãe. Assim, segundo Cotrim (2020), perante as restrições da sociedade oitocentista, a “condição de escrava é um obstáculo à realização da maternidade, uma relação que demanda a condição de sujeito” (n/p). Ainda segundo a estudiosa (2020), “ela [Arminda] foge para livrar a si e seu filho da escravidão, e é impedida de ser mãe pela mesma instituição da escravidão” (n/p). Dessa forma, Duarte (2017), ao estudar a mulher negra na literatura brasileira, sobretudo no que diz respeito à maternidade, apresenta uma análise de Arminda corajosa, que, mesmo grávida numa sociedade excludente e cruel, resiste até o fim. Desse modo, segundo o teórico, o conto, com “uma ironia digna de texto trágico, encena a procriação abortada pela crueldade do sistema que transforma mães e filhos em mercadoria” (DUARTE, 2017, n/p).

Formulando suas personagens de maneira a denunciar o sistema vigente, segundo Cotrim (2020), fugindo dos estereótipos da mulher negra representada no naturalismo, Machado de Assis encarrega-se de construir a personagem Arminda, além de outras de suas personagens escravizadas, com força e determinação, representando a resistência que há mesmo no lado do elo mais fraco.

Grande parte de suas personagens negras é constituída de muita sabedoria e coragem para lidar com as mais diversas situações de conflito. Como exemplo, temos a valente Genoveva no conto “Noite de Almirante”, publicado em 1884, no livro “Histórias sem Data”. O narrador do conto, em terceira pessoa, nos apresenta a moça de modo a nos persuadir sobre as atitudes moralmente danosas da personagem. Assim, logo no início do conto, Genoveva é revelada como “uma caboclinha de vinte anos, esperta, olho negro e atrevido” (ASSIS, 2012, p. 193). Com isso, o leitor é induzido a pensar numa personagem maliciosa, qualidade que ainda está atrelada à sua cor negra. Ademais, ela é confrontada

em relação a Deolindo: “Genoveva não se defendia de um erro ou de um perjúrio; não se defendia de nada; faltava-lhe o padrão moral das ações” (ASSIS, 2012, p. 196).

No conto, Genoveva, que havia jurado seu amor a Deolindo, após algum tempo da partida dele, entregou seu coração a outro rapaz, José Diogo. Sendo assim, o narrador, após contar a história como um adultério que Genoveva teria cometido, colabora para que ratifiquemos os erros da personagem. Entretanto, um maior aprofundamento na leitura do enredo nos mostra Genoveva como uma moça determinada, destemida, dona de suas vontades e capaz de realizá-las. Genoveva se vê sozinha, sem Deolindo, em uma sociedade que espera que a mulher tenha um homem ao seu lado para sustentá-la, pois não oferece emprego a ela, muito menos à mulher negra. Nesse caminho, “Machado de Assis coloca, sub-repticiamente, e a partir da temática amorosa, a questão do controle social” (ABREU, 2013, p. 362). Assim, o ato de se aproximar de outro rapaz revela muito sobre a necessidade de sobrevivência da nossa personagem em uma sociedade excludente, sobretudo para a mulher negra. Ao final do conto, relido com olhar mais atento, percebe-se a coragem e a luta da personagem para sua sobrevivência. Nesse sentido, as ações de resistência e sobrevivência de Genoveva exemplificam a tentativa de fuga da personagem de viver sob a opressão, já que a mulher negra nessa sociedade “é objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Diante disso, é possível notar como as ações da personagem foram contadas de modo preconceituoso pelo narrador e lidas de maneira igualmente preconceituosa pelo leitor que não enxerga as atrocidades normalizadas nos jogos sociais burgueses. Uma leitura erradicada de estereótipos deve entender o preconceito do narrador burguês de seu tempo histórico e a postura progressista de Machado como homem cético em relação aos valores burgueses nascidos e difundidos em sua época.

Nessa mesma linha, encontram-se muitos outros escritos machadianos. De um lado, a conformidade de alguns personagens em relação a esses valores e suas consequências deletérias; de outro, a rebeldia daqueles que também não têm uma vida melhor pelo fato de não subsumirem a essas normas. Esse é o tom do velho Machado cético e fatalista diante de nossa sociedade burguesa de mentalidade conservadora. Segundo Duarte (2020), os escritos de Machado se adensam diante das transformações da sociedade brasileira que se modernizava. As imagens literárias são “flagradas a partir dos conflitos e dramas humanos envolvidos e quanto mais se resolvem as relações entre

os indivíduos, com o que tem de sublime e de ridículo, mais a obra reafirma ambas as facetas” (DUARTE, 2020, p. 271).

Nesse diapasão, é possível compreender a constante denúncia feita por Machado de Assis acerca da discriminação racial que ocorria na sociedade de seu tempo e da situação complexa vivida pela mulher negra. Segundo Conceição Evaristo (2005), essas mulheres negras, como “heroínas do cotidiano desenvolvem suas batalhas longe de qualquer clamor de glórias” (p. 54). Sendo assim, através das análises dos contos machadianos, diversas reflexões são passíveis de serem realizadas num processo de conhecimento sobre as contradições de nossa sociedade oitocentista. Nesse caminho, temos o conto “Mariana” em que o senhor de escravos, criado em meio às instituições burguesas, almeja o moderno, mas permanece compactuado com diversas questões escravistas. Dado por Challoub (2003) como “documento sobre um impasse histórico, visão ou interpretação de uma crise que mobilizava a sociedade inteira” (p. 135), o conto “Mariana”, de Machado, publicado em 1871, no “Jornal das Famílias”, discute mais uma vez a escravidão e a condição da mulher negra.

O conto narra a história da escravizada Mariana e de Coutinho, um dos protagonistas da história. Mariana carregava sentimentos amorosos por Coutinho, filho de seus senhores, mas ele era prometido de Amália. Portanto, esses sentimentos não eram correspondidos pelo rapaz. A condição de Mariana não permitia que ela se apaixonasse ou pudesse viver algum amor com o seu senhor e, dada essa proibição, Mariana foge várias vezes, sendo procurada por Coutinho. Nesse sentido, é possível perceber inicialmente como a condição de Mariana no conto projetará representações das iniquidades sofridas pelas mulheres negras escravizadas. Dessa forma, como explana Gonzalez (2020), as mulheres negras, enquanto escravas, eram encaixadas em duas categorias: a de trabalhadoras do eito, escravizadas e prestadoras de serviços; e a de mucamas, escravizadas que trabalhavam dentro da casa grande para o bom funcionamento de tudo. Desse modo, segundo a teórica (2020), a condição da mulher negra sofre um processo sobre a sua condição de inferioridade e subordinação, evidenciando suas diferenças com relação àqueles a quem ela servia. Portanto, é possível notar, ao longo do conto, como a condição de escravizada de Mariana é enfatizada, mesmo a moça partilhando o ambiente da casa. Mariana, sendo marginalizada, reforça, assim como a estudiosa aborda, o fato de os grupos negros no processo de colonização terem sido racialmente subordinados, enquanto o grupo dos brancos, privilegiados, se beneficiava com a exploração dos negros. Nesse viés, segundo Gonzalez (2020), os

“aspectos culturais e políticos das relações sociais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro” (p. 33).

Centrando-nos no conto, após a primeira fuga da escravizada, devido à decepção amorosa, Mariana é defendida por Coutinho; porém, os tratamentos utilizados para se referir à jovem acrescentam um outro olhar sobre o personagem. Coutinho se refere a Mariana como “cria da casa” (p. 166), “mulatinha” (p. 170), “pobre escrava” (p. 171). Com isso, “a moldura narrativa de ‘Mariana’ põe a nu a violência, extrema, da desigualdade na formação social brasileira” (ROCHA, 2020, p. 142). O personagem de Coutinho, exemplo de homem nascido e criado dentro da sociedade burguesa escravagista, por meio das suas falas, referências a lugares e aos amigos, demonstra ser alguém com uma mentalidade aparentemente moderna, entretanto se revela conservador no tratamento dado aos escravizados. Essa contradição pode ser notada nas atitudes de Coutinho ao longo de todo o conto. Mesmo com determinada compreensão por Mariana, ele, a cada vez que sai à procura dela, reforça seu apego à escravidão.

A narrativa se desenvolve nas palavras de Coutinho, que conta todas as tentativas de fuga de Mariana. Assim, o discurso em primeira pessoa colabora para a impressão de veracidade de suas falas. Segundo Duarte (2020), o tom em primeira pessoa sobre as ocorrências do conto confere ao texto “um sentido de relato de experiência” (p. 299), e, sendo assim, as situações “tratadas pelos representantes do estamento social dominante dá bem a dimensão da perspectiva crítica com que Machado encara o modus operandi dos senhores” (DUARTE, 2020, p. 299). Inicialmente, ao mencionar o caso de Mariana a seus companheiros, Coutinho demonstra certo desconforto, notado por Macedo. O personagem, ao se deparar com a pergunta sobre o casamento prometido com Amélia, envolve-se em um silêncio que só vem a ser interrompido momentos depois. Dado isso, Coutinho decide confessar algo para os amigos que, ao aguardarem o início do relato, acendem seus charutos.

— Pois que estamos aqui reunidos, disse ele, ao cabo de quinze anos, deixem que, sem exemplo, e para completar as nossas confidências recíprocas, eu lhes confesse uma coisa, que nunca saiu de mim.

— Bravo! disse eu; ouçamos a confidência de Coutinho. (ASSIS, 2020, p. 165).

Devido ao fato de o narrador Coutinho não dar espaço para o relato de Mariana, somos induzidos a vê-la como uma pessoa ingrata, que não teria motivo para a fuga. Coutinho acentua o fato de Mariana ser bem tratada por sua família: “uma gentil

mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas” (ASSIS, p. 166, 2020). Entretanto, suas falas, em seguida, afirmam o fato de que a presença de Mariana em sua casa era limitada, pois ela “não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal” (ASSIS, 2020, p. 166). Desse modo, Coutinho começa a nutrir um ideal de liberdade envolvendo a escravizada, porém tal ideal não comportava a verdade. O modo com que esse nosso narrador descreve a presença de Mariana, ora de forma desejável, ora de forma indesejável, acentua como ele pretende ter o controle do relato. Todavia, o narrador deixa, às vezes, alguns vestígios da real situação da escravizada serem expostos na narrativa. Nesse prisma, ao analisar o conto, Lopes (2007) encontra nas atitudes de Coutinho uma pretensão de “disfarçar o autoritarismo através do véu da proteção” (p. 43).

Nessa concepção, ao analisar o relato, compreendemos a persuasão que Coutinho arma para o leitor. Por exemplo, discorrendo sobre uma das fugas de Mariana, Coutinho se mostra preocupado com o fato de a moça ter falado em suicídio. Entretanto, essa preocupação não parece ser com a vida de Mariana, mas sim com as consequências dessa morte para sua própria vida.

— Creio que devemos fazer esforços para capturá-la, e uma vez restituída à casa, colocá-la na situação verdadeira do cativo.

Disse isto por me estar a doer o desespero de minha mãe. A verdade é que, por simples egoísmo, eu desculpava o ato da rapariga.

Parecia-me natural, e agradava-me ao espírito, que a rapariga tivesse fugido para não assistir à minha ventura, que seria realidade daí a oito dias. Mas a ideia de suicídio veio aguar-me o gosto; estremeci com a suspeita de ser involuntariamente causa de um crime dessa ordem; impelido pelo remorso, sai apressadamente em busca de Mariana. (ASSIS, p. 173, 2020).

É interessante notar que as fugas de Mariana estavam ligadas ao sentimento amoroso que a escrava nutria por Coutinho. Esse fato dialoga com as questões relativas à liberdade do escravizado no contexto da escravidão. Mesmo Mariana sendo uma escrava “livre”, ela ainda respondia à família, o que reforça o cruel retrato do negro como objeto familiar.

A aproximação entre escravidão e liberdade numa sociedade paternalista e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da produção dos laços de dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda. (CHALHOU, 2003, p. 135).

Dito isso, é possível relatar a estreita relação de favor que envolve o texto. Assim como desenvolvido por Schwarz (2014), as relações de favor mantidas dentro da sociedade escravagista asseguravam a submissão de muitos, seja sustentando determinada posição social, seja possibilitando a prática de algum ofício. Dentro do conto analisado, percebe-se como Coutinho e sua família utilizavam o favor como garantia de determinado status e para assegurar a submissão dos cativos que tinham em sua posse. Dessa forma, Lopes (2007) discorre:

Tal sofisticação pode até refletir, em um primeiro momento, uma visão edificante da família, enquanto paradigma social, depois esta mesma instituição é desmistificada, e a prática do favor passa a servir às relações de mando e obediência, numa forma peculiar de domínio, no qual o capricho individual é ressaltado [...]. (LOPES, 2007, p. 43).

Nesse panorama, como discorre Schwarz (2014), “com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força” (p. 51). Desse modo, o conto retrata como Mariana estava ligada à família de Coutinho pelo seu pertencimento e pelo favor que acreditava dever aos membros da família. É possível analisar como Mariana permanecia presa à dívida do favor à família por cogitar que recebia tratamento diferente dos demais, já que, como mencionado pelo narrador, a escravizada tinha um convívio mais íntimo dentro da casa. Analisando a personagem, Lopes (2007) assinala como Mariana era dependente desses favores que, por serem vistos “enquanto laços difíceis de serem desfeitos, ela encontra na morte a solução” (p. 58).

Diante do exposto, nota-se, então, a grande dependência de Mariana em relação à família de Coutinho e a sua total subordinação a eles, embora se encontre na condição de escravizada “livre”, como expõe o conto. Segundo Gonzalez (2020), o grupo racial dominante defendia que os negros, por possuírem características como “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade” etc., só poderiam “desempenhar, naturalmente, os papéis mais inferiores” (p. 38). Tal perspectiva, portanto, era utilizada como justificativa para a dependência dos negros e a sua não participação nos processos sociais, políticos e econômicos, além da não possibilidade de ascensão social. Nessa linha de raciocínio, acorrentar o indivíduo por meio da dívida do favor e da gratificação, não permitindo que o negro se colocasse e se impusesse perante resoluções da sociedade, não seria, jamais, uma culpa admitida pelo homem branco escravocrata. Ademais, Gonzalez (2020) ressalta como as ideias progressistas, mesmo nomeando assim a corrente e as

ideologias que se formavam, permaneciam compactuando com os processos de dominação injustos sofridos pelos negros. Segundo Gonzalez (2020), as correntes progressistas,

[...] apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução e perpetuação. (GONZALEZ, 2020, p. 38).

No conto, após horas de relato aos amigos, Coutinho finaliza rapidamente a trágica história contando o suicídio de Mariana: “O veneno era violento; Mariana morreu às 8 horas da noite” (ASSIS, 2020, p. 181). Tanto Coutinho quanto Macedo e os colegas demonstraram tristeza pelo ocorrido, mas esse sentimento durou pouco tempo. Certamente, não se sensibilizaram e nem se delongaram na preocupação diante do ocorrido pelo fato de não estarem em condições semelhantes às de Mariana, isto é, por não compreenderem o quanto o regime escravocrata é danoso, desumano e cruel. O conto finaliza evidenciando a exata falta de empatia dos senhores que, ao saírem pela cidade, se deparam com as pernas das moças nos bondes, “fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tinha-nos restituído a mocidade” (ASSIS, 2020, p. 181).

Tendo em vista o desfecho da narrativa, Lopes (2007), ao tratar da distância social vivida por Mariana e Coutinho, analisa como as posições sociais, independente do amor sentido, cumpriria maior peso diante da situação. Assim, talvez “se o dono do coração da jovem fosse o copeiro ou o cocheiro, como supunha o narrador, ele tivesse levado adiante esta intenção” (p. 56). Desse modo, a estudiosa desenvolve os termos “social” e “natural” para compreender como as atitudes tomadas pelos personagens foram influenciadas pelos valores que compunham a esteira social a que pertenciam. A estudiosa discorre sobre como era natural para a sociedade Mariana ser capaz de se apaixonar por outra pessoa do seu estamento, e não por Coutinho; e como era natural a indignação de Coutinho ao saber do amor da cativa. Nesse sentido, ao se deparar com o que era natural ou não, Coutinho utiliza dos favores oferecidos a Mariana ao longo de sua vida para justificar a ingratidão da menina ao fugir. As ideias de Coutinho reforçam o pensamento vulgar do povo pertencente às classes mais abastadas da sociedade burguesa oitocentista, sobretudo no que se refere à vida das mulheres negras escravizadas.

Dessa forma, compreende-se como Machado de Assis consegue, em seus textos, denunciar a escravidão de forma lúcida e velada numa sociedade extremamente preconceituosa. Segundo Duarte (2013), Machado é o “precursor da literatura afro-brasileira” (p. 149). De acordo com o estudioso, o ponto de vista “afro-identificado” (p. 149) de Machado se opunha radicalmente a um ponto de vista branco e racista. Ainda conforme Duarte (2020), Machado foi usuário da tribuna que provinha da imprensa como espaço de denúncia do patriarcado escravista, deixando registrada sua repulsa ao movimento escravocrata.

Se não explicou de forma bombástica seus pontos de vista, nem assumiu papel de liderança no movimento de emancipação, por outro lado, também não se omitiu ou apoiou os escravocratas. Valeu-se do anonimato e dos pseudônimos.

– casulos protetores do caramujo nos momentos adversos, para fazer chegar aos leitores seus argumentos a favor dos cativos. E se valeu dos recursos da ficção para melhor expor nos jornais o grande drama social de seu tempo. (DUARTE, 2020, p. 283).

João Cezar de Castro Rocha (2020) avalia a trágica história de Mariana como “cindida entre uma dolorosa impossibilidade existencial e uma limitada forma de inclusão” (p. 142). O estudioso adverte, em relação ao conto, sobre a estratégia brasileira de preservação da distância social por meio de uma proximidade e sublinha a denúncia contundente de Machado em relação a essa lógica. Para Rocha, essa estratégia é responsável pelo dilema que ainda não foi superado na história brasileira, ou seja, “o país-Brasil é muito bem-sucedido para uma porção sempre mais ínfima da população, ao passo que a nação-Brasil nunca se formou precisamente pela manutenção suicida de uma extrema desigualdade e de uma anacrônica hierarquia” (ROCHA, 2020, p. 142).

Nesse sentido, cabe lembrar que a data de publicação do conto no “Jornal das Famílias” (1871) é um marco importante para a sociedade brasileira oitocentista, pois reafirma o caráter de documento do conto. Em meio às organizações e decisões acerca das leis abolicionistas, sobretudo a lei de 1871, o conto “Mariana” é sinônimo da resistência que vigorava nos anos anteriores e posteriores a 1871. Dessa forma, é possível encontrarmos a representação da força e da determinação dentro de uma sociedade escravocrata que insistia em demonstrar um falso ideal de liberdade e que, a todo custo, desejava comprovar esse ideal. Entretanto, as problemáticas dessa sociedade foram notadas e denunciadas de forma certa e emblemática por Machado de Assis. Segundo Bruno (2012), a representação de Mariana é distinta dos estereótipos da mulher negra reforçados pelas literaturas da época. A partir disso, a estudiosa explana que Machado de

Assis conferiu a Mariana “traços subjetivos, incorporando, portanto, um entendimento do caráter humano da mulher escrava e exaltando sua condição de sujeito, protagonista da própria história” (p. 44).

A força da personagem Mariana é representada e reafirmada no título do conto. Mesmo não sendo ela a narradora da história, Machado, ao usar seu nome como título, ressalta e critica o lugar que é imposto a Mariana nessa sociedade escravista, bem como a importância que a resistência e a coragem da personagem representam para o momento. Porém, mesmo construindo um caráter corajoso e consciente da personagem, Machado de Assis acrescenta ao relato da morte de Mariana uma postura crítica, dando notoriedade à falta de compaixão sentida por Coutinho e seus amigos. A morte de Mariana não ocorreu de modo que fosse sinceramente sentida por Coutinho ou pela sociedade, pois, como o escravizado não pertencia ao centro da sociedade, o social dessas pessoas já não existia. Portanto, a morte de Mariana, para o social, já havia acontecido. As atitudes dos rapazes ao se admirarem com as passageiras do bonde, logo após conhecerem a história de Mariana e terem escutado o seu fim trágico, ressaltam a percepção de que a escravidão, por si só, já havia decretado a morte da personagem.

Nessa esteira, é possível compreender o desempenho de Machado de Assis em analisar de forma esquemática a sociedade de seu tempo. No conto “Mariana”, o escritor desenvolve de modo coerente as posturas dos personagens, remontando aos valores sociais que estavam em uso. A construção de Coutinho como narrador e integrante dessa sociedade escravocrata que se dizia empática com “as crias da casa” remonta à conjuntura de considerar o escravizado como pertencente a essa casa, mas pertencente de forma desumana e material.

Desse modo, segundo Chalhoub (2003), o contexto do conto “Mariana” remonta à crise enfrentada pelo governo em 1871, norteadas pela ideia do *Ventre Livre*. Conforme Chalhoub (2003), na medida em que Machado se aproximava, ao longo dos anos de 1870, da política, ele se transformava artisticamente, devido às experiências num cargo público e também como cidadão. Com isso, “a experiência histórica de 1871 ajudou a delinear uma nova personagem literária: Machado de Assis” (p. 138).

Nesse contexto, o Império se viu envolto numa questão urgente e sem resposta. Muitos cidadãos condenavam a escravidão, porém, ao mesmo tempo, não se viam indícios de desejos para acabar com o movimento escravocrata. Destaca-se, desse modo, os estudos de Roberto Schwarz (2014) ao analisar, dentro da sociedade brasileira do século XIX, a contradição que permanecia entre a vontade de ser progressista e a

fidelidade ao sistema capitalista escravagista. De acordo com Chalhoub (2003), o Brasil foi o último país a permanecer com o cruel regime escravocrata. Segundo o estudioso, as intenções de Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente, de emancipação dos escravizados, não afetariam os proprietários de fazenda, já que não haveria uma emancipação em massa, e, sim, em pequenas quantidades. Ademais, a ideia do *Ventre Livre* surge pelos projetos de Pimenta Bueno, que, segundo Chalhoub (2003), consistiam em manter os filhos livres das mulheres escravizadas prestando serviços nas fazendas. Sendo assim, as meninas deveriam servir aos senhores até os dezesseis anos, e os meninos até os vinte anos. Dessa forma, a dominação dos senhores de fazenda sobre essas crianças desenvolveria o que Schwarz (2014) analisou como “relação de favor”. Os jovens, ao trabalharem para os seus senhores, que, segundo Chalhoub (2003), teriam o dever de alimentá-los e educá-los, engendravam, na visão do homem escravocrata, uma dívida a ser paga. Nesse viés, como ressaltou Schwarz (2014), “nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande” (p. 51).

Conhecedor de seu tempo e de seu país, segundo Lopes (2007), Machado de Assis, em seus contos, “insere nestes contextos [de escravidão] uma reflexão a respeito da situação social dos cativos, presos à nefasta Instituição ou a outras formas de dominação que dela estariam derivadas” (p. 100). O escritor carioca foi capaz que compor críticas bem observadas que contribuíram para reflexões sobre o momento histórico da escravidão. Através das palavras de Machado de Assis, é possível compreender a barbárie vivida pelos cativos e as permanentes contradições que envolviam a sociedade do século XIX. As mulheres negras, sinônimo de resistência e coragem, representam a força capaz de promover mudanças. Por meio dessas personagens, conseguimos encontrar o escritor caramujo que, em cada detalhe de cada uma das suas produções, foi capaz de destacar, apontar e, sobretudo, denunciar as mazelas sociais e humanas.

3 A capoeira machadiana na enunciação política dos contos

Machado de Assis foi um grande observador e analista da sociedade oitocentista. Por meio do humor, das críticas e das ironias veladas em seus escritos, foi capaz de discutir os dilemas dessa sociedade em seus aspectos mais recônditos, de forma a denunciar as desventuras humanas, sobretudo, para este trabalho, a crueldade da escravidão. Segundo o crítico Antonio Candido (2017), Machado seguiu a vida construindo seus enredos sob a ótica de uma crítica a partir da qual era capaz de analisar

a alma humana, rir da sociedade e desmascarar as personalidades. Nesse sentido, Machado de Assis era enigmático e bifronte, isto é, olhava para o passado e para o futuro, ocultando um mundo estranho e original sob a neutralidade de seus enredos que podiam ser lidos por todos (CANDIDO, 2017). Nessa concepção, ainda segundo Candido (2017):

[...] não há dúvida [...] que essas primeiras gerações encontraram nele uma filosofia bastante ácida para dar impressão de ousadia, mas expressa de um modo elegante e comedido, que tranquilizava e fazia da sua leitura uma experiência agradável e sem maiores consequências. (CANDIDO, 2017, p. 19).

Nessa perspectiva, Antonio Candido aborda o conteúdo dos escritos machadianos como uma exposição disfarçada, ao observar o olhar atento que Machado de Assis tinha sobre a sociedade oitocentista. Assim, Candido assinala que Machado “era o criador de um mundo paradoxal, o experimentador, o desolado cronista do absurdo” (2017, p. 21). Seguindo essa ideia, Coutinho e De Faria Coutinho (2004) sustentam que:

Machado foi exatamente fiel a essa concepção sobranceira do ofício de escrever e pôde por isso, em sua longa vida, realizar-se como um tipo humano superior e deixar a melhor obra literária produzida no Brasil. (COUTINHO; DE FARIA COUTINHO, 2004, p. 153).

Esse disfarce criado nos textos de Machado de Assis foi primeiramente chamado por Luiz Costa Lima de “capoeira machadiana”. Interligando as técnicas de estilo do escritor com as técnicas da luta brasileira, Costa Lima (2002) analisa o modo com que Machado “ginga” para neutralizar as observações em seus textos, fazendo com que eles fossem aceitos por uma sociedade retrógrada e preconceituosa.

Duarte (2020), ao abordar o contexto histórico da luta, apresenta como a capoeira difundida nos centros urbanos fica muito conhecida em meados do século XIX. Entretanto, por se tratar de um elemento cultural com raízes africanas, sofreu preconceitos advindos das elites, fazendo com que sua prática fosse criminalizada e apenas legalizada em 1934. Classificada como uma performance, Duarte (2020) afirma que a dança e a ginga da capoeira vão muito além da corporeidade “para adquirir um sentido maior, de performatização identitária” (p. 284).

Ademais, a luta de contribuição africana, como mencionado por Eduardo de Assis Duarte (2009), tem como principal característica o gingado, movimento que visa enganar o seu oponente. Em diálogo com Duarte (2009), Rego (1968), estudioso da capoeira, ressalta a importância da ginga durante a luta, sustentando que é da ginga “que saem os golpes de defesa e de ataque, não só golpes comuns a todos os capoeiras, como os pessoais e os improvisados na hora” (p. 58). Portanto, ao analisar a intenção dos golpes no gingado,

percebe-se o motivo de chamar Machado de Assis de capoeirista, já que, segundo Costa Lima (2002), o escritor desenvolveu o “gingado” como um “motor do engano” (p. 328) para que pudesse verdadeiramente se expressar.

As inseguranças política e financeiras eram os aguilhões que espicaçavam a pena machadiana. O estilete se disfarçava em estilema para, como se fosse tão-só palavra, graça e jogo, exprimir posições, e convicções. Ou mesmo hesitações. (COSTA LIMA, 2002, p. 329).

Nesse sentido, de modo a contornar um julgamento preconcebido que cancelaria seus escritos no século em que foram produzidos, Machado de Assis precisava criar uma forma por meio da qual trataria os temas escolhidos, como a escravidão, por exemplo. Em suma, “Machado precisava de um malabarismo de mestre de capoeira” (COSTA LIMA, 2002, p. 330). Assim, sem utilizar da lógica proposicional, o escritor conseguia, com a ajuda da desatenção do leitor conservador, se livrar das suspeitas de um autor subversivo para uma sociedade conservadora e retrógrada. A respeito disso, Costa Lima nota que “pela galhofa, de aspecto tão inocente, o modesto ovo se rebela contra a determinabilidade”, de modo que “a negação, em vez de anular o alfinete, o amplia” (COSTA LIMA, 2002, p. 332).

Assim, Machado de Assis foi capaz de descortinar, em seus escritos, as mazelas da sociedade do século XIX. O conto “O Caso da Vara”, publicado inicialmente no jornal *Gazeta de Notícias*, no ano de 1891, é um exemplo. De acordo com Bosi (2007), esse conto “nasce e cresce dentro de uma estrutura de opressão” (p. 120), levando em conta o movimento escravocrata do Segundo Reinado.

O conto retrata a história de Damião, um jovem levado ao seminário pelo pai e pelo padrinho. Todavia, o rapaz não deseja continuar a vida religiosa, fugindo, assim, para a casa de Sinhá Rita, onde o enredo do conto se desenvolve. Sendo assim, inicialmente, para já entendermos o perfil de Damião, traços de sua personalidade nos são apresentados por Machado. Damião é descrito como um sujeito “espantado, medroso, fugitivo” (ASSIS, 2020, p. 209) e, ainda, como “espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho” (ASSIS, 2020, p. 209). Desse modo, essas descrições colaboram para que, ao longo do conto, entendamos a construção desse personagem, considerando suas más atitudes e escolhas. Ademais, outra questão a ser notada é a escolha da casa de Sinhá Rita, que não foi uma decisão pouco pensada pelo personagem. A convivência na casa de Sinhá Rita possibilitou a Damião tomar conhecimento de que a jovem viúva estava ligada amorosamente ao seu padrinho, não sendo, este, um relacionamento público. Com isso, Damião se aproveita da situação. Dessa forma, logo que o texto nos

apresenta essa circunstância, ela é rapidamente mascarada pela presença das “crias” (ASSIS, 2020, p. 210) que trabalhavam em almofadas na sala no momento em que o rapaz chegou desesperado. Cabe lembrar que a escolha da palavra “cria” remete ao escravizado que era mantido dentro de casa, e não em outras acomodações. Assim como acontece na casa de Sinhá Rita, Coutinho, ao se referir a Mariana, em conto homônimo, também usa o termo “cria”, a fim de demonstrar um tratamento diferenciado destinado a ela, devido à sua convivência dentro da casa.

Retornando ao conto “O Caso da Vara”, notamos que há duas atmosferas que se sustentam: a do desespero de Damião, que espera a resolução de seu problema; e a da descontração, que o rapaz consegue manter a cada instante. Em um desses momentos, conversando com Sinhá Rita, Damião conta uma anedota que faz a pequena Lucrecia rir, se distraíndo, por alguns segundos, de sua tarefa nas almofadas. Devido à distração, a criança é ameaçada por Sinhá Rita de apanhar com uma vara que ficava ao pé da marquesa. O narrador apresenta o uso da vara como “castigo do costume” (ASSIS, 2020, p. 211). Ademais, promovendo a observação de que a vara já ficava em posição de alcance da senhora, é compreensível a crítica de Machado sobre as relações às quais essas personagens eram submetidas. O conto foi publicado anos depois da Lei do Ventre Livre e, pela observação de Damião, Lucrecia tinha apenas 11 anos. Diante disso, nota-se a denúncia de Machado em relação aos senhores e às senhoras que buscavam, nessas circunstâncias, manter crianças em trabalho escravo. A crítica é sustentada, ainda, pela observação da personagem ao perceber que Lucrecia tossia, “mas para dentro, surdamente” (ASSIS, 2020, p. 212), para não incomodar. Por meio da sutileza com que escolhe, organiza e emprega as palavras, temos a denúncia das condições às quais a senhora submetia seus escravos. Desse modo, Machado retrata a opressão sofrida por Lucrecia – e possivelmente pelos demais criados de Sinhá Rita – através da tosse abafada da menina. Com isso, nota-se a construção da atmosfera de medo que ambienta as passagens do conto nas quais a menina é mencionada. Damião, ao mencionar que Lucrecia tosse surdamente, “a fim de não interromper a conversação” (ASSIS, 2020, p. 212), reforça a estrutura do sistema escravagista que tende a impedir e a controlar as manifestações advindas dos escravizados, até mesmo um impulso fisiológico como a tosse.

Nessa concepção, segundo Bosi (2007), os contos de Machado visam ao combate à moralidade escravagista da sociedade e à análise desta. Ademais, o estudioso, em suas análises, diz que Machado de Assis consegue desmascarar ideologias e propor uma

resposta para as convenções criadas pelos personagens em formas de desculpas para se encaixarem em seu meio. Desse modo, sobre os personagens machadianos, Bosi (2007) discorre que é necessário “olhar para a máscara e para o fundo dos olhos que o corte da máscara permite às vezes entrever.” (p. 125).

A certo ponto do conto, Damião sentiu pena de Lucrecia e pensou em apadrinhá-la. No entanto, como ele necessitava da ajuda de Sinhá Rita, a vaga ideia de que esse apadrinhamento poderia lhe prejudicar fez com que a boa vontade lhe fosse cortada. Logo em seguida, e mais uma vez, a cena é reformulada e o foco da narrativa é alterado, esquecendo-se totalmente da situação de Lucrecia e centrando-se no problema de Damião e seu desejo de não permanecer na vida religiosa, solicitando, para isso, a ajuda de Sinhá Rita. Assim, de modo a desmascarar o ambiente e a situação acerca do tratamento recebido pelos criados de Sinhá Rita, os episódios são colocados em segundo plano, como se desejassem esconder o encerramento da situação. Dessa forma, Machado, prudente com as condições em que sua sociedade contemporânea se encaixava, conseguia denunciar, por meio das omissões e da troca de foco narrativo, a maneira com que a sociedade escondia um regime escravagista tanto no interior das grandes casas da cidade quanto nas fazendas de engenho.

Em vista disso, Costa Lima (2002) afirma que “Machado reflete sagaz e cruelmente sobre a política e sobre as matrizes do “pensamento evoluído” (p. 333), este que, como observado por Schwarz, se tratava dos valores europeus e progressistas que, tomados de empréstimo, eram utilizados de modos contraditórios, já que a sociedade oitocentista brasileira ainda se mantinha nos padrões da escravatura, permanecendo no patamar de uma sociedade atrasada. E, de forma irônica, como analisado por Costa Lima (2002), Machado de Assis notou essa contradição em suas produções.

Retomando a análise do conto, observa-se que a mudança no foco narrativo – que passou da situação de Lucrecia para o problema de Damião – fez com que o ambiente que estava há pouco relaxado fosse tomado pela atmosfera de preocupação. Ao final do dia, após as tentativas de retirar Damião do seminário, Sinhá Rita foi conferir os trabalhos da casa, encontrando Lucrecia ainda com o seu afazer por terminar, devido à pequena distração.

Só Lucrecia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver, Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-lhe por uma orelha.

— Ah, malandra

— Nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.

— Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!
 Lucrécia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.
 — Anda cá!
 — Minha senhora, me perdoe! tossia a negrinha. (ASSIS, 2020, p. 215).

Ao final do conto, a atenção volta-se totalmente para a atitude de Damião. Para castigar a menina, Sinhá Rita pede que ele alcance a vara na cabeceira da marquesa. Damião, que havia considerado o apadrinhamento para livrar a criança de tais sofrimentos, reconsidera suas intenções, já que ainda precisava dos favores da senhora, e lhe entrega a vara.

— Me acuda, meu sinhô moço!
 Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita. (ASSIS, 2020, p. 216).

Pela conveniência, Damião compactuou com a crueldade de Sinhá Rita sem considerar que o riso de Lucrécia teria sido de sua culpa. Percebe-se que o pedido para que ele pegue a vara é um momento de provação para o jovem medroso que não hesitou em pensar em Lucrécia sofrendo, pensou apenas em si. Desse modo, Gotlib (2004) analisa que as provocações geradas pelas técnicas utilizadas por Machado de Assis, especificamente em seus contos, liberam variadas percepções da natureza humana que, segundo a teórica, podem ser benevolentes ou sádicas.

A denúncia mais evidente no conto, trazida e arquitetada por Machado de Assis, é o trabalho escravo representado pela inocência da menina Lucrécia. Dado isso, o primeiro ponto que se pode observar, após a leitura do conto, é o próprio título “O Caso da Vara”. Inicialmente, o que se apresenta no conto é o problema de Damião com o seminário. A todo tempo, é esse enredo que Machado usa para disfarçar os infortúnios da escravidão dentro da casa de Sinhá Rita. O título, se pensado apenas na questão de Damião e na sua fraqueza frente às dificuldades da vida, poderia ter sido elaborado de outro modo. Entretanto, Machado, valendo-se de suas estratégias, como a minuciosa ironia, usou o objeto “vara” como referência à crueldade, aos castigos que ele representa. Desse modo, após todos os movimentos do texto, o destaque do objeto no título chega ao final do conto com outra percepção por parte dos leitores mais abertos às discussões do texto. A composição do título delibera importantes observações sobre o jogo de capoeira de Machado de Assis. Assim, a escolha da palavra “caso” também compõe a capoeira

estilística do autor, pois implica interpretações que apenas serão justificadas – ou não – ao final do conto.

Dito isso, quando se pensa em “contar um caso”, na maioria das vezes a história que se segue é interessante, distrativa ou, até mesmo, alegre. Entretanto, Machado de Assis, por intermédio da ironia que dominava e das aguçadas percepções que tinha do sistema escravagista e miserável em que a sociedade se encontrava, se vale de palavras construídas semanticamente com as primeiras impressões para, depois, esmiuçar esses sintagmas com a sua crítica. Exemplo disso é que, inicialmente, a escolha do objeto “vara”, devido à palavra “caso”, não leva o leitor a pensar na simbologia violenta que está implícita nesse signo linguístico. Dessa forma, o título ainda carrega uma crítica maior, pois entende-se que diante de tantas escolhas linguísticas Machado, por meio de sua sabedoria e consistência, se dispôs a deixar ao leitor a crítica e a denúncia acerca da escravidão. Nesse sentido, independentemente da situação, o que valerá como julgamento de certo ou errado sobre o escravizado será a vontade de seu senhor. Portanto, qualquer que fosse a posição do escravizado, tudo acabaria com o castigo da vara.

Em sintonia a isso, o uso, no conto, da expressão “castigo do costume” reforça ferozmente a situação vivida pelos escravizados, como Lucrécia, dentro da casa de uma senhora de boa posição, que, mesmo mantida sob o signo da burguesia evoluída, destratava cruelmente os seus criados. Assim, a palavra “costume”, escolhida por Machado de Assis, carrega o peso de todas as outras ocorrências experienciadas por Lucrécia e por suas companheiras na vara de Sinhá Rita.

Nesse diapasão, para tratar das questões do homem de seu tempo, dentro de uma sociedade que corrompe e impõe, Machado, além do estilo de linguagem, desenvolveu, como denominou Luiz Costa Lima, um princípio constelacional (COSTA LIMA, 2002, p. 335). Esse princípio desenvolvido por Machado refere-se ao modo com que os assuntos, dentro de seus textos, se revezam. A partir dessa composição, os focos do conto “O Caso da Vara” se afirmavam ora com as ocorrências com Damião, ora com as ocorrências com Lucrécia, conforme discutido anteriormente.

[...] radicalmente distinto de uma argumentação de cunho linear – cujo modelo seria “se a, b, c, então d”. Por princípio constelacional entendemos a conexão de blocos proposicionais diversos, que, entretanto, se interligam por um motivo comum; este motivo os “ilumina” por uma luz diversa da que seria apropriada a cada bloco. (COSTA LIMA, 2002, p. 335).

Dessa forma, embora o escritor lançasse seu olhar para certo ponto, por meio da “iluminação dos blocos”, ele era capaz de controlar o que desejava que fosse lido ou não naquele momento. Nessa concepção, segundo os estudiosos Coutinho e De Faria Coutinho (2004), Machado foi capaz de construir em seus textos uma experiência substancial da vida do homem e, desse modo, “o seu humanismo vai destarte apontando a fragilidade dos propósitos, as veleidades, as acomodações e a estranha complacência da consciência humana em face do mal” (COUTINHO; DE FARIA COUTINHO, 2004, p. 160). Muitas análises sobre a sociedade do século XIX representada por Machado demonstram, sobretudo, a alienação do homem como seu próprio objeto. Em conformidade com as postulações de Duarte (2020), as obras de Machado

Expõe[m] a debilidade moral e psicológica das elites de seu tempo, justo a partir da incapacidade destas em gerar homens fortes o suficiente para levar adiante a engrenagem responsável pela riqueza que ostentara. (DUARTE, 2020, p. 335).

Em seus textos, Machado criticou a desumanidade proveniente do sistema escravocrata de sua época, porém sempre munido “das precauções e da praxe” (DUARTE, 2020, p. 337). Duarte (2020) menciona, ainda, que Machado conseguiu, na crítica à sua sociedade cruel e aos senhores da elite, destacar o que eles tinham de “mais caro e precioso: a mercadoria humana” (p. 338).

Nesse mesmo sentido, segundo Oliveira (2011), ao retratar o escravizado, independentemente de sua posição no momento, Machado consegue denunciar em suas narrativas o fato de os escravos continuarem sendo tratados como “coisas” (p. 102). Dessa forma, o conto “Encher Tempo”, de 1876, relativiza, assim como em “Mariana”, o falso ideal de liberdade propagado pelos senhores que mantinham escravizados trabalhando dentro de suas casas. Nesse viés, o teórico Sidney Chalhoub (2010) apresenta a construção do limite entre liberdade e escravidão na sociedade do século XIX como um “cerne da precariedade estrutural” (p. 24) dessa sociedade. Segundo o teórico, o grande número de libertos na sociedade e o pensamento escravista que dominava os valores desta faziam com que, por meio das interações sociais e das formas como essas interações funcionavam, as fronteiras da liberdade fossem “incertas e porosas” (p. 24).

Centrando-nos no conto “Encher Tempo”, o narrador analisa as cenas de fora da história, contando o enredo no qual o padre Sá, tio de Lulu e patrão de tia Mônica, pretende fazer com que seu aluno Pedro se torne sacerdote. Ao longo do conto, a história se desdobra na vontade de padre Sá em levar o rapaz para o seminário e no embate deste com Pedro e sua família, já que estes não tinham certeza se concordavam com a carreira

sugerida pelo pároco. À medida que se desenrolam as estratégias que padre Sá utiliza para conseguir conquistar o rapaz, dois focos surgem na narrativa: o amor de Lulu pelo futuro padre, e a figura de tia Mônica, escravizada liberta que trabalhava na casa, e que, segundo o narrador, criou Lulu como filha. Assim, com o desenvolvimento do enredo, é notável a construção da personagem de tia Mônica envolta na narrativa. A respeito dessa progressão narrativa, Santiago (2017) menciona que conforme “a narrativa avança, o curto e irrelevante episódio ganha mais e mais poder sobre o todo da fabulação ficcional” (p. 281). Segundo o teórico (2017), o curto episódio elevado dentro da narrativa pode parecer irrelevante para o leitor, mas, como já mencionado, as passagens ora iluminadas pelo escritor, ora deixadas no escuro são propositais e constituem a “gingada” do capoeirista Machado. A personagem de tia Mônica é apenas mencionada no conto em momentos cujos demais personagens requisitam algum favor. Desse modo, através desses pequenos episódios, como salientado por Santiago (2017), as aparições de tia Mônica permitem que notemos o lugar imposto para a personagem dentro de sua vida de alforriada. Assim, é possível compreender a crítica e a ironia que envolvem o conto ao demonstrar que, assim como em “Mariana”, o escravizado liberto nunca estava totalmente livre das amarras da escravidão e do pensamento escravista das pessoas com quem convivia.

A relação mascarada no conto entre senhores (padre Sá e Lulu) e escravizada (tia Mônica) é reforçada pelas falas do narrador, que cita a relação que envolvia tia Monica e Lulu:

A tia Mônica, de quem se falou em um dos capítulos anteriores, era uma preta velha, que havia criado a sobrinha do padre e a amava como se fora sua mãe. Era liberta; o padre deu-lhe a liberdade logo que morrera a mãe de Lulu, e Mônica ficou servindo de companheira e protetora da menina, que não tinha outro parente, além do padre e do primo. (ASSIS, s.d, p. 13-14).

A figura, por vezes apagada, de tia Mônica acentua, ironicamente, os resquícios do tratamento escravagista ainda sentidos pela liberta. Isso se deve ao fato de que, segundo Astrojildo Pereira (2008), o regime escravocrata teimava em sobreviver devido ao desejo da classe dominante. De acordo com o estudioso (2008), Machado foi capaz de observar e analisar as ações humanas, gerando críticas sociais que possibilitavam acompanhar os rumos do país (p. 86).

Essa vocação inata para a observação, a análise e a crítica, o escritor Machado de Assis a aplicou, em sua obra, como uma forma de participação, e isto não apenas pelos meios diretos do comentário de jornal, mas também pelos meios indiretos permissíveis na obra de

criação artística. O humorismo era o seu método, a ironia a sua arma, sátira a sua forma de crítica política e social. (PEREIRA, 2008, p. 86).

Dito isso, os meios indiretos permissíveis, citados por Pereira (2008), são utilizados por Machado através de sua capoeira. Esses meios são ironias e críticas inseridas em seus roteiros com o objetivo de averiguar e relatar os problemas da sociedade do século XIX. Nesse sentido, a análise do conto “Encher Tempo” nos permite perceber, além da ideia de uma linha tênue que envolvia os libertos e os senhores dentro da sociedade oitocentista, que Machado reforça por meio de pequenas ações que, mesmo alforriada, tia Mônica não era igual aos donos da casa. Nota-se no texto que, embora o tratamento recebido pela liberta seja melhor e mais bondoso do que o que outros personagens machadianos receberam – como, por exemplo, Mariana –, tia Mônica ainda é colocada em um lugar de submissão. Ao ser requisitada por um favor, a personagem serve de ponte para que Lulu descobrisse sobre a conversa de Pedro com o primo Alexandre. Nessa conversa, Alexandre, que era pretendente de Lulu, revela que gostaria de seguir a vida religiosa no lugar de Pedro. Entretanto, tia Mônica acata o pedido da menina sem saber os reais motivos do favor e, mesmo após seus esforços e não obtendo o que esperava, ela é destrutada por Lulu, de maneira a induzir que o bom tratamento é momentâneo.

Pouco sabia a moça; ainda assim aquietou-se-lhe o espírito. Tia Mônica era um tanto curiosa, e em prêmio do seu trabalho achou natural saber a razão daquela excursão noturna.

— Oh! Não me pergunte nada, tia Mônica! Respondeu Lulu; amanhã lhe direi tudo.

— Já sei mais ou menos o que é, disse a preta; negócio de paixãozinha de moça. Não faz mal; eu adivinhei tudo...

— Tudo? Perguntou maquinalmente a sobrinha do padre Sá.

— Há muito tempo; continuou tia Mônica; há seis meses.

— Ah!

— Seu primo de vosmecê...

— Oh! Cale-se! (ASSIS, p. 22-23).

Mesmo com o tratamento distinto, tia Mônica é quem ajuda no enredo final do conto, resolvendo, junto com padre Sá, a vida de Pedro, de Alexandre e de Lulu. Nota-se, portanto, que a personagem, embora não apareça em tantas passagens da narrativa, colabora nos momentos que permeiam a vida de Lulu, reforçando a consideração que tinha pela menina que havia criado e que “amava como se fora sua mãe” (ASSIS, s.d, p. 13). Dessa forma, cabe destacar que, mesmo não sendo uma personagem com características e personalidade desenvolvidas, tia Mônica dá ritmo à “ginga” do capoeirista Machado, pois, por meio de suas aparições e omissões, constrói-se a crítica

social. Assim como Machado de Assis destaca o negro em muito de seus escritos, colocando-o como centro da narrativa, com tia Mônica, o papel secundário revela a situação vivida pelos cativos e ex-cativos que, mesmo tendo funções mais próximas às famílias, tendem a permanecer em uma posição de objeto de servidão. Portanto, apesar de existir uma relação entre os personagens, conforme relata o narrador do conto, fica claro que a formação do sistema escravocrata se faz presente ao anular a presença de tia Mônica quando ela não está em função de algum serviço requisitado.

Nessa perspectiva, cabe lembrar, segundo Santiago (2017), que Machado torna-se um homem cético em relação ao Brasil monárquico, e a maneira como escreve, considerando o seu contexto, é avaliada pelo teórico como progressista. No conto “Encher Tempo”, esse ceticismo está ligado à falsa ideia de liberdade da personagem tia Mônica, uma vez que ela, mesmo após a alforria, permanece subjugada ao sistema escravagista. Ademais, Santiago ressalta a característica intrigante da escrita de Machado, sobretudo o ceticismo velado que era utilizado sob uma forma sorridente e sedutora. Em diálogo com Santiago (2017), Costa Lima (2002) assinala que:

Dentro da aparente leviandade, o ceticismo machadiano se permitia acenos à mais pura impiedade e recorria à velha história da criação do mundo para constatar que os desacertos são imemoriais. Sim, por ele e por nosso continente as coisas andam bastante bagunçadas. Os encouraçados afundam, enquanto dirigentes de outros vizinhos se orgulham de sua potência bélica, as assembleias costumam a se reunir, ao passo que os curiosos correm para testemunhar as desgraças alheias. (COSTA LIMA, 2002, p. 338).

Nesse panorama, cabe lembrar do conto “O Espelho”, de 1882, já antes introduzido no primeiro capítulo desta dissertação. Por meio de uma narrativa elaborada para se propor uma reflexão acerca da construção social do personagem Jacobina e como essa construção forma, deforma e prejudica o lado sensível do sujeito, Machado de Assis, com sutileza, inclui no conto a presença e a ausência dos escravizados. Para tanto, Machado apresenta os escravizados de duas formas diferentes. Inicialmente, os personagens são retratados na narrativa como espertos, já que, ao tentarem se aproximar do alferes, conquistaram determinada carga de confiança do então visitante da fazenda.

O alferes continuava a dominar em mim, embora a vida fosse menos intensa, e a consciência mais débil. Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortesias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito, de alegria, de protestos. Nhô alferes, de minuto a minuto; nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de general. (ASSIS, 2006, p. 147 - 148).

Desse modo, a priori, não fica claro o jogo que o capoeirista Machado de Assis esconde. Assim que a primeira parte do plano funciona, os escravizados planejam uma fuga, que virá a ser retratada em seguida. Sendo assim, a segunda ambientação dos personagens escravizados acontece quando Jacobina acorda numa manhã, encontra-se sozinho na fazenda e percebe que os membros da senzala haviam fugido. Portanto, por meio da fuga elaborada desses personagens, o escritor retrata, além do ego ferido de Jacobina, por não haver ninguém na fazenda para reconhecê-lo em seu *status* de alferes, a ausência do negro, colocado como mercadoria humana. Diante disso, Jacobina diz: “Fiquei triste por causa do dano causado à tia Marcolina” (ASSIS, 2006, p. 148), evidenciando, com isso, a percepção dos escravos enquanto objetos que, quando ausentes, causam “danos” materiais. Em acréscimo, segundo Chalhoub (2003), Machado dava a entender, por meio de seus escritos, que a solução do problema da escravidão ainda estava distante. Em vista disso, o historiador analisa que:

Era preciso intervir nas relações entre senhores e escravos e promover a superação da instituição da escravidão, enfrentando decididamente os interesses sociais e econômicos que ainda a sustentavam. (CHALHOUB, 2003, p. 137).

Nesse sentido, Costa Lima (2002) afirma, assim como Sidney Chalhoub, que os aguilhões acerca das inseguranças políticas e financeiras estimulavam o escritor. Assim, a fundo em seus estudos sobre o escritor carioca, Luiz Costa Lima explana sobre os passos seguidos por Machado para relatar os problemas e acentuar essas inseguranças presentes na sociedade. Dito isso, entra em cena, mais uma vez, os malabarismos do capoeirista Machado que, “sob uma suposta desconversa, espeta uma pontada” (p. 331).

Nessa concepção, tratando das formas escolhidas e dos temas desenvolvidos por Machado em seus textos, Candido (2017) reconhece que o autor não foi convencional em seus escritos, uma vez que cultivou o incompleto, as ambiguidades e as fragmentações do homem e da vida em si. Nesse caminho, Gotlib (2004) analisa Machado por meio da sutileza com que ambiguidades aparecem nos enredos. De acordo com a teórica, Machado trata essas ambiguidades e os vários sentidos que conversam entre si por meio dos chamados *não ditos*, sendo esse procedimento textual, também, uma das estratégias da chamada capoeira verbal de Machado. Com isso, “paralelamente ao que *acontece*, há sempre o que *parece estar acontecendo*” (p. 42). Ademais, Pereira (2008) ressalta as negações e afirmações nos textos do escritor, considerando seu método de criação um grande cálculo com aparência de espontaneidade. Diante disso, Gotlib (2004) observa,

ainda, que os efeitos construídos são observados nas descrições dos gestos, dos olhares e das ações dos personagens. Por isso, “transforma[m]-se numa *questão* para o leitor, que às vezes irá atormentá-lo pelo resto da sua vida...” (GOTLIB, 2004, p. 42). Em sintonia com Gotlib (2004), Pereira (2008) postula que:

[...] a trama da ficção, o desenvolvimento das situações, o encadeamento dos episódios, o desenho dos caracteres, a reação psicológica dos personagens, o desenlace dos conflitos – tudo isso se processa obedecendo a cálculos minudentes e seguindo ao mesmo tempo uma linha de absoluta espontaneidade na fixação da narrativa no papel. (PEREIRA, 2008, p. 27).

Dado isso, Duarte (2020) reforça o fato de as estratégias da capoeira machadiana terem sido aperfeiçoadas nos textos jornalísticos do autor, ou seja, nas suas crônicas. Segundo o teórico, a liberdade no Segundo Reinado continha muitas restrições, fazendo com que a luta do escritor devesse estar velada na temática abordada. Assim, Duarte (2020) sustenta que a escrita exigia de Machado “um permanente e hábil negaceio verbal” (p. 287), já que “assuntos banais ou ‘inocentes’ deviam se revezar para encobrir reflexões mais agudas sobre a realidade da época” (p. 288). À vista disso, cabe salientar que as acusações sobre o absenteísmo de Machado de Assis não podem ser consideradas, na medida em que Duarte (2020) justifica que Machado se comportava de forma velada, mas não neutra, conforme exigia a sociedade escravocrata. Portanto, estando dentro dessa instituição, utilizou de suas armas verbais para se manifestar, assim como “o caramujo a tecer suas histórias e, nelas, delinea-se aos poucos uma sociedade desigual e injusta” (p. 335).

Desse modo, encontramos a arrebatadora construção dos personagens no conto “Virgínius (Narrativa de um advogado)”, de 1864. Denunciando um sistema cruel e enganador, Machado elabora, por detrás da voz do narrador, as ocorrências no conto. Assim como observou Duarte (2020), o fato de Machado ter esclarecido no subtítulo que o narrador do conto é um advogado permite que a ocorrência dos fatos seja comandada por ele, “residente da elite e residente na Corte, o que faz o conto ganhar ares de relato vivido – maneira encontrada pelo autor para emoldurar a idealização e amenizar os exageros do enredo” (p. 297). Em vista disso, o narrador, sendo um personagem de fora da fazenda retratada, conseguirá e escolherá relatar suas impressões de maneira diferente dos pertencentes àquele lugar. Desse modo, inicialmente, é possível notar como a configuração de Pio, ou Pai de Todos, é formulada. Reforçada pela fala de um dos personagens como sendo um homem que “não tem escravos, tem amigos” (ASSIS, 2020,

p. 148), a imagem consolidada em torno de Pio disfarça o senhor dono de escravos que os tem como propriedade e a seus serviços.

Em seu ensaio “A máscara e a fenda”, Alfredo Bosi analisou e destacou as tarefas do narrador machadiano em meio à história, demonstrando como o seu domínio e controle podem mudar os rumos das interpretações. Por ter um controle e uma função importantes na narrativa, o narrador é capaz de destacar e omitir os fatos que ele acha importantes ou não. Portanto, ele é capaz de persuadir.

O narrador pode deslocar a tônica de um momento para outro, ou deter-se em um único, abrindo caminho para o conto ser principalmente o relato de um *episódio* (a anedota de um casamento frustrado, por exemplo), ou principalmente o retrato moral de uma das partes afetadas; caso em que reponta a ambiguidade peculiar àquela situação de desnível entre as personagens. (BOSI, 2007, p. 77).

Ademais, além de destacar as funções do narrador, Bosi (2007) ressalta a descrição realista dos contos de Machado, mencionando a composição das narrativas como um trabalho esquemático. Dessa forma, ainda segundo o estudioso (2007), ao tratar da realidade da sociedade do século XIX, Machado foi capaz de dar um novo retrato à aparência dessa sociedade. Desse modo, segundo Schwarz:

Atrás do narrador faccioso, que à primeira vista é revoltante, mas para o qual já não há o substituto senão outra facção, abre-se a cena moderna da luta social generalizada, a que não escapam os procedimentos narrativos. (SCHWARZ, 2014, p. 80).

Nesse sentido, os teóricos citados analisam a retórica milimetricamente calculada que Machado desenvolveu para alguns de seus personagens. Silviano Santiago, em seu capítulo “Retórica da Verossimilhança”, investiga como o autor se utiliza da retórica para articular suas projeções e desenvolver uma originalidade em seus textos. Santiago (1978) observa como o bruxo do Cosme Velho faz com que o leitor tenha que assumir posições frente ao texto e, desse modo, segundo ele, o receptor terá a “terrível responsabilidade de julgar” (p. 33). Santiago (1978) explica a retórica como “um método de persuasão, de cujo uso o homem se vale para convencer um grupo de pessoas de sua opinião” (p. 42). Nesse caminho, o teórico se faz valer das suas observações sobre o narrador machadiano, que é convincente e intelectual:

Frisemos os últimos adjetivos; convincente, porque pretende persuadir alguém, o leitor, de alguma coisa; intelectual, porque depende da reflexão constante do narrador, e não trai um desejo de se deixar invadir passivamente pelo passado, por impressões fugidias, passageiras, delicadas. (SANTIAGO, 1978, p. 36).

Nesse veio, Costa Lima (2002) assinala que a versatilidade do narrador de Machado é um “princípio de estilo” (p. 334) cultivado pelo escritor. Para tanto, lembremos dos narradores dos contos “Mariana” e “Noite de Almirante” para verificarmos que “como intelectual consciente e probo, espírito crítico dos mais afilados, perscrutador impiedoso da alma cultural brasileira, Machado de Assis assinala ironicamente nossos defeitos” (SANTIAGO, 1978, p. 46), incluindo, aqui, sobretudo a crueldade dos homens escravocratas.

Em “Mariana”, a atmosfera criada pelos dois narradores do conto, Macedo e Coutinho, é tranquila e amistosa, não condizente com a história que será narrada. Mesmo após o início da história e os indícios de tensão, os ouvintes se mantêm confortáveis no ato da leitura. Ao narrar a história de Mariana, Coutinho relata as fugas da escravizada sem mencionar, inicialmente, os motivos. O fato de Coutinho frisar que Mariana era uma escravizada próxima à família induz o leitor a ler Mariana como uma ingrata. Discutindo a questão sofrida pelos escravizados na sociedade do século XIX e compreendendo o tratamento disfarçado a partir do qual Coutinho narra a história, notamos como o narrador tenta nos influenciar, omitindo questões como o sofrimento da escrava e apenas reforçando o que, por ele, era feito “pelo bem” da jovem.

Estratégia semelhante é adotada pelo narrador do conto “Noite de Almirante” que nos relata a história de Genoveva e Deolindo. No início do conto, o narrador nos induz a julgar Genoveva como adúltera e egoísta. Uma leitura menos atenta nos fará acreditar nessa ideia. Todavia, após compreendermos a parcialidade do narrador, notamos a tentativa de persuasão. Apoiando Deolindo, o narrador abandona a verdade sobre as dificuldades enfrentadas pela mulher mestiça na sociedade oitocentista, mas estas podem ser lidas de modo contundente pelo leitor mais hábil e conhecedor das técnicas da capoeira verbal de Machado. O narrador de “Noite de Almirante” faz o papel do cidadão da sociedade do século XIX que julga os que sobrevivem nessa sociedade sem posses ou renda. Ademais, a história ressalta, por meio da personagem forte de Genoveva, as lutas das mulheres num meio social que impõe papéis restritivos a elas e, ao mesmo tempo, as exclui quando é conveniente. Santiago (1978) aproveita a reflexão acerca dos narradores machadianos para ressaltar o modo como “dentro da sociedade brasileira é muitas vezes persuadindo o outro que se chega a persuadir a si mesmo de alguma coisa” (p. 45).

Assim como a presença retórica do narrador machadiano é notada e estudada por teóricos, a linguagem auditiva, assim denominada por Luiz Costa Lima, é uma das marcas do capoeirista Machado. As marcas de oralidade são importantes numa sociedade de

transição de hábitos orais para hábitos letrados, como era a sociedade brasileira oitocentista, pois elas auxiliam o leitor nessa transição. Segundo o teórico, essas marcas estão, por exemplo, nas gestualidades e tiques verbais. Nesse caminho, Costa Lima evidencia que a “auditividade, em suma, mantinha os hábitos mais banais da oralidade, dentro de um molde de aparência escritural” (COSTA LIMA, 2002, p. 334). Desse modo, é possível encontrar nos contos “O Caso da Vara” e “Encher Tempo”, já antes apresentados, tais marcas de oralidade. Ao se referir, por exemplo, ao criado para ir até a casa de Sr. João, Sinhá Rita utiliza de “Anda, moleque” (ASSIS, 2020, p. 211) para pedir pressa ao garoto. Ao advertir Lucrecia, Sinhá Rita exclama: “Lucrecia, olha a vara!” (ASSIS, 2020, p. 211). Antes de ser castigada, Lucrecia tenta seu último ato por perdão, referindo-se a Damião: “Me acuda, meu sinhô moço” (ASSIS, 2020, p. 216). E, dessa maneira, antes de ser detida por Sinhá Rita, Lucrecia pede: “Nhãnhã, nhãnhã! Pelo amor de Deus! Por Nossa Senhora que está no céu” (ASSIS, 2020, p. 215). Esse mesmo termo – Nhãnhã/Nhônho – aparece no conto “Mariana”, em um diálogo entre Coutinho e Mariana: “Nhônho fará isso? — disse ela com voz trêmula” (ASSIS, 2020, p. 174).

No conto “Encher Tempo”, inicialmente, a informação dada sobre a relação de tia Mônica e Lulu projeta uma expectativa sobre o tratamento que a liberta receberia das pessoas de sua convivência e, especialmente, da menina. Entretanto, outro traço irônico colocado no texto é o fato de que, mesmo próximas como mãe e filha, a escravizada liberta permanecia numa posição balizada, reflexo do pensamento escravista que era emoldurado na sociedade da época. Nesse sentido, no conto, sempre ao se referir à jovem, tia Mônica usa o tratamento “Nhãnhã” e “Sinhá”: “— Um favor, nhãnhã! Sua preta velha obedecerá ao que lhe mandar” (ASSIS, 1876, p. 21), “Ah! Sinhá Lulu, que noite! Exclamou tia Mônica” (ASSIS, 1876, p. 22).

Segundo Câmara Cascudo (2015), esse tratamento deriva de “Iaiá” e “Ioió”, sendo Nhanhã e Nhonho formas usadas no texto oral, no sul do Brasil. Essa expressão, conforme o estudioso, é a forma de tratamento que os escravos utilizavam ao se referirem às senhoras e aos senhores mais jovens. Câmara Cascudo (2015) explica que, advindos do vocabulário utilizado pelos negros africanos, os termos “Iaiá” e “Ioió” são unicamente brasileiros, já que, em sua experiência em Moçambique, o teórico notou o uso de “yaya” para se referir tanto às meninas quanto aos meninos.

Nessa perspectiva, compreendendo os objetivos do capoeirista, por meio dos artifícios textuais formulados e utilizados em seus escritos, Machado organizava a linguagem também para ampliar o potencial público leitor de cultura,

predominantemente, oral. Ao fazer isso, ambicionava ampliar, em mesma medida, o alcance da crítica ao sistema social vigente. Para além das marcas de oralidade e reforçada por elas, segundo Gotlib (2004), o escritor tinha o dom de “fisgar o leitor pela intriga bem arquitetada” (p. 43), desenvolvendo grande originalidade em seus textos.

Em acréscimo, Antonio Candido (2017), ao discorrer sobre as características dos escritos machadianos em seu texto “Esquema de Machado de Assis”, analisa a organização linguística desenvolvida pelo escritor. Segundo o estudioso, Machado “cultivou livremente o elíptico, o incompleto, o fragmentário (p. 22), de forma a manter o “tom caprichoso” (p. 22) no século XIX. Dessa forma, Machado desenvolve uma matriz formal, assim denominada por Candido (2017), que esconde na sua estrutura textual uma obra “lúcida e desencantada. Dessa maneira, Candido aborda a temática da integridade do homem frente à opinião dos outros e de uma sociedade que padroniza as vontades mais íntimas, tendo em vista a manutenção da ordem burguesa. Exemplos dessa padronização de comportamento podem ser vistos nos contos “Noite de Almirante” e “O Espelho”.

[...] os destinos e os acontecimentos se organizam segundo uma espécie de encantamento gratuito [...], manifestando, com uma enganadora neutralidade de tom, os conflitos essenciais do homem consigo mesmo, com os outros homens, com as classes e os grupos. (CANDIDO, 2017, p. 32-33).

Chamado por Candido (1964) de refinado e conhecedor do quadro geográfico e social, Machado se junta a dois processos da literatura: “a pesquisa dos valores espirituais, num plano universal, [e] o conhecimento do homem e da sociedade locais” (p. 115). Nessa linha, em “Formação da Literatura Brasileira – Momentos decisivos”, Candido aborda o que nomeia de “o advento da burguesia” (p. 113), que gerava novos problemas de conduta, já que os padrões impostos aos grupos “não propiciava[m], no interior da classe dominante, a multiplicidade das dúvidas e das opções morais” (p. 113).

E ao definir uma classe mais culta, irrequieta e curiosa (ao contrário da rude obtusidade das *elites* rurais), determinava condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da análise e do confronto do indivíduo com a sociedade. (CANDIDO, 1964, p. 113).

Desse modo, cabe lembrar como Machado, em “O Caso da Vara”, analisa os mecanismos que permeiam o tratamento recebido pelos escravizados por seus senhores, mais firmemente, as crianças escravizadas. A camuflagem construída a partir do problema inicial de Damião, relacionado ao desconforto em permanecer no seminário e à dependência advinda de Sinhá Rita, critica o silêncio de muitos frente à desumanidade da escravidão e ao interesse econômico desse regime. Nesse sentido, bem como acentuou Pereira (2008), Machado foi “caçador e dissecador de almas” (p. 130). Nesse liame, os

personagens dos contos analisados neste capítulo acentuam o olhar irônico e satírico que Machado de Assis tinha com relação à sociedade apresentada à sua frente. Por fim, de modo emblemático, as “gingadas” verbais do capoeirista Machado conseguem retratar de forma velada e encaramujada o erradio e cruel sistema escravocrata.

4 Por que ler de Machado de Assis hoje?

Observador de seu tempo, Machado de Assis pintou de forma corajosa muitos problemas da sociedade do século XIX. De forma a desvendar as aventuras e desventuras do homem, o escritor foi capaz de elaborar, em suas narrativas, personagens que estimulam reflexões acerca da vida do homem em sociedade e do homem em seu interior. Massaud Moisés (1964), ao abordar a obra de Machado de Assis, explicita o fato de sermos tocados pelos personagens machadianos devido às características de suas personalidades. Para tanto, Moisés (1964) sustenta que as personagens de Machado “ficam gravadas em nosso espírito pelo contorno de sua psicologia, não pelo recorte do nariz ou do queixo (p. 20). Desse modo, o estudioso destaca que as ações dos personagens nas narrativas recebem importância menor do que os seus pensamentos, demonstrando que a construção psicológica era realizada de maneira intensa pelo escritor. Assim, em Machado, a “análise é feita de dentro para fora, quer dizer, só interessa o que vai no íntimo das personagens” (MOISÉS, 1964, p. 19).

Nesse sentido, ainda segundo Moisés (1964), Machado tornara-se um “mestre da língua” devido à sua capacidade de formulação linguística e estética, com a “sobriedade geral de quem suplanta os limites do tempo e do espaço” (p. 21). Ademais, visto como autodidata por muitos teóricos e estudiosos de sua obra, Machado de Assis desenvolveu de maneiras singulares a ironia e o humor em suas histórias. Moisés (1964) apresenta o modo com que esses elementos colocados no texto são resultantes da criticidade e do ceticismo presentes na personalidade de Machado, características já antes discutidas no capítulo 2 desta dissertação. Sendo assim, ao analisar a forma com que Machado de Assis usufruía dos elementos linguísticos e desenvolvia sua argumentação e criatividade, é possível notar os artifícios usados para além de uma primeira leitura. Isso se deve ao fato de que Machado construía seus textos com o propósito de mascarar determinadas críticas e comentários, gerando, assim, interpretações que requisitam, do leitor, determinada carga de atenção diante das enunciações colocadas de modo mais implícito nos textos. Sabendo disso, Moisés (1964) ressalta o papel do leitor machadiano frente a seus escritos, cuja perspicácia e cuidado são essenciais.

Dáí exigir do leitor mais do que sensibilidade apurada: uma inteligência capaz de perceber as sutilezas de um espírito que facilmente penetra no ridículo de certos atos humanos e desvenda-lhes o âmago falso ou hipócrita. Esse intelectualismo é uma prova para o leitor de Machado, que é obrigado a ler mais de uma vez as suas obras, para ir sentindo a fragrância de certas passagens e entender o sentido de certos símbolos ou alusões indiretas. No final, só ganha o leitor, porque a obra de Machado de Assis, como todo produto superior do espírito humano, não se releve de pronto, exige a constância e o convívio para se ir mostrando aos poucos. É, também, como os grandes lagos quietos de águas profundas, ou os indivíduos calados, misteriosos, cuja presença é sempre um incitamento à análise e à descoberta. (MOISÉS, 1964, p. 21).

Nessa concepção, observa-se a astuciosa composição dos enredos machadianos, na medida em que nós, leitores e pesquisadores, nos depararmos com personagens que nos dão abertura para reflexões, talvez, nunca antes percebidas. Dito isso, conforme Moisés (1964) menciona, é necessário pensar sobre a importância do contato do leitor com os escritos de Machado de Assis, os quais suscitam uma leitura atenta e despreendida de conceitos pré-estabelecidos. À vista disso, é notável como, ao longo do ato de leitura, os precedentes e preconceitos ficam para trás, já que Machado nos dá liberdade para transitar em diferentes meios e perspectivas dentro de seus textos. Tal liberdade só é possível graças aos artifícios selecionados e encaixados pelo escritor em cada uma das situações de suas histórias, ratificando, uma vez mais, a capoeira machadiana, conforme discutido no capítulo anterior. Ademais, o fato de conseguirmos realizar determinadas reflexões a partir dos textos machadianos evidencia o fator humanizador da literatura de Machado. O processo de humanização pela via da literatura é definido por Antonio Candido da seguinte forma:

Entendo [...] por humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos momentos da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 2017, p.182).

Nesse viés, ao analisarmos um conto de Machado de Assis, vemos como o objeto estético traz a possibilidade de produção de um universo de significações que abarca uma grande carga de reflexões para nossa vida pessoal e em sociedade, assim como para a organização dos valores dessa sociedade e de outras. Dessa forma, em consonância com Antonio Candido, é possível encontrarmos na literatura machadiana determinada função social. Em seu ensaio “O Direito à Literatura”, Candido (2017) aborda genuinamente a

forma com que a literatura é capaz de transportar sentimentos e transformar pessoas. O eminente crítico, categorizando a literatura como um direito humano, explana sobre o aspecto antropológico da arte literária, colocando-a como protagonista na história da humanidade. Segundo Candido (2017):

Vista deste modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. (CANDIDO, 2017, p. 176).

Com o poder de fabulação, podemos entender, a partir da imersão na leitura literária, os valores e critérios impostos pela sociedade em que vivemos. Com isso, por meio dos questionamentos advindos das leituras, o desenvolvimento da criticidade se alia a uma quebra de paradigmas e de reflexões pré-estabelecidas, fato que amplia e revigora a sensibilidade do leitor. A linguagem literária tem, portanto, o poder de formar um sujeito crítico, pensante, questionador e prudente, possibilitando a percepção analítica que engendrará mudanças em sua identidade e em seu convívio social. Assim, Antonio Candido, ao observar as especificidades da literatura, acentua as contribuições acerca das reflexões geradas por essas características singulares, afirmando que a “literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (p. 177). Dessa forma, o estudioso discorre sobre o modo com que as fruições causadas pela leitura literária – esta que é entendida pelo teórico como um direito de todos – dispõem de uma potência sîgnica que, nas mãos do leitor, “não é uma experiência inofensiva” (p. 178). Ademais, o crítico acrescenta em suas formulações que o contato estético com a literatura tem a capacidade de formar personalidades. Por isso, “nas mãos do leitor, o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco” (CANDIDO, 2017, p. 178).

Ainda em diálogo com as considerações de Antonio Candido (2017), a complexidade da literatura e de seu objeto delibera uma carga de humanização que, segundo o crítico, vem da união de três aspectos particulares. Esses aspectos, chamados por Candido (2017) de “faces”, constroem os efeitos das produções literárias e estão relacionados à estrutura, ao significado, às emoções e às visões de mundo, já que constituem uma forma de conhecimento. Nesse sentido, o estudioso analisa a obra literária como construção, podendo, assim, se valer do poder engendrado por ela enquanto objeto humanizador.

A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como um todo articulado. Esse é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo. Isto ocorre desde as formas mais simples, como a quadrinha, o provérbio, a história de bichos, que sintetizam a experiência e a reduzem à sugestão, norma, conselho ou simples espetáculo mental. (CANDIDO, 2017, p. 179).

Nesse contexto, centrando-se nas análises de Candido (2017), é possível considerarmos Machado de Assis como grande produtor da literatura humanizadora. Contemplante de seu tempo, Machado foi capaz de desenvolver, em suas histórias, enredos que estimulam o imaginário do leitor e colaboram para mudanças significativas em sua formação identitária. Ao ler Machado de Assis, podemos compreender as aflições de cada retrato colocado pelo autor em suas narrativas, fazendo com que a aproximação do leitor com as histórias acrescente determinado valor à estética do texto literário. Em sintonia com Candido (2017), Santiago (2017) ressalta que Machado, através de uma forma de desafogo vital e espiritual, põe em ação emoções e sentimentos ao produzir a sua literatura. A cada reflexão proposta, a imagem de uma sociedade se constrói, permitindo com que essa imagem seja ressignificada para tantas outras sociedades que temos e tivemos em diferentes tempos.

Diante disso, ao nos depararmos com um conto do nosso célebre escritor, o caráter atemporal da literatura se revigora e se acentua. No conto “D. Benedita” (1882), por exemplo, a exposição de toda a frivolidade da personagem principal e a abordagem da imposição de valores pela sociedade da época nos permitem entender como a leitura de tal conto se faz necessária nos dias de hoje. Devido às reflexões propostas por Machado, por meio de seus argumentos bem arquitetados e de sua dialética impecável, conseguimos ressignificar, a partir da história de D. Benedita, a forma com a qual lidamos com as imposições de nossa sociedade, estas que, não raro, nos transformam em pessoas que tendem a tomar decisões muito rápidas e a lidar com mudanças imediatas, às quais precisamos, muitas vezes, nos adequar.

Nessa perspectiva, a leitura do conto nos desperta instintos e pensamentos para analisar a criatividade de Machado e abordar o papel social que o autor teve e tem em nossa sociedade. O fator social na literatura delibera uma série de questões importantes que, assim como citado por Candido (2017), nos ajuda a conviver com nossos próprios dilemas, com o próximo e com a natureza ao nosso redor. Machado de Assis, ao criar personagens que conviviam com os problemas da vida, nos conduz à reflexão acerca de

quem somos, de qual o nosso papel na sociedade e de como desempenhamos esses papéis. Por conta disso, segundo Santiago (2016), Machado de Assis foi o “marinheiro lavrador-de-metáforas” que:

Na busca do belo universal e do sublime, analisa impressões de viagens, próximas e distantes, que levam a imaginação em pânico a delirar. Machado escreve o oceano Atlântico sem mostrá-lo em água e sal. A linguagem literária renuncia a enunciar a própria coisa porque expressa irrevogavelmente pela metáfora. Machado sugere o mar na dimensão infinita e provocadora de bombo verde e transparente, feito de esmeraldas. Infinitude, atrevimento e provocação que só a metáfora alcança porque é capaz de escrever a literatura do ponto de vista da beleza e da crítica. (SANTIAGO, 2016, p. 355).

Seguindo essa ideia, Candido (2017) analisa que os níveis de conhecimento intencional na literatura dizem respeito às estratégias ficcionais, planejadas pelos autores de textos literários, que são inconscientemente assimiladas pelo leitor. Essas estratégias se fazem presentes nos modos com os quais o escritor insere no texto determinadas ideologias, críticas, crenças, entre outros aspectos. Assim, é profícuo notar que, na elaboração formal dos textos, o escritor dispõe de sua natureza e posição humanitárias.

Nestes casos a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição face deles. É aí que se situa a literatura social, a qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que parte de uma análise do universo social e procura retificar suas iniquidades. (CANDIDO, 2017, p. 182-183).

Retratando o cotidiano, Machado de Assis desenha a vida do homem e o seu instinto mais íntimo. Dessa forma, conforme Santiago (2016), Machado era atento à vida diária, tornando-se conhecedor do homem e do planeta. Com isso, o escritor se contentava em imitar o cotidiano pelas abstrações simbólicas da arte que, num movimento duplo, o aproximava da vida diária ao distanciá-lo “do corpo a corpo feroz ou carinhoso com o comportamento nosso rotineiro” (p. 66). Desse modo, aprofundando-se na análise do cotidiano de sua sociedade, Machado foi capaz de investigar o prisma da vida sensível do homem que, de acordo com Santiago (2016), foi destrinchado pelo escritor. Assim, Machado assumiu uma postura crítica e ácida sobre o psiquismo dos sujeitos, já que, como bem sabia o escritor, “frases persuasivas requerem palavras pontiagudas e ásperas” (SANTIAGO, 2016, p. 120).

Nessa perspectiva, remetendo-nos à capoeira literária desenvolvida pelo escritor carioca, podemos reconhecer, ao longo de toda a sua historiografia literária, as “gingadas” estratégicas de Machado, haja vista que, segundo Silviano Santiago (2016), Machado

sabia “pôr o dedo na ferida da vida e da inspiração literária” (p. 240). Outrossim, o escritor reconhece as “lacunas interpretativas” que abre e administra, em seus textos, com o poder da arte que lhe pertence. Dado isso, é considerável a parcela de estímulo ao leitor que a capoeira machadiana delibera, uma vez que, tomada por Santiago (2016) como “convulsiva por natureza” (p. 241), a literatura de Machado de Assis formula inspirações e instiga observações a partir dos “golpes” implementados em sua escrita.

Nesse sentido, é possível relembrar alguns dos contos em que o escritor, por meio de seus golpes de capoeirista, foi capaz de modificar o seu leitor durante a leitura, transformando-o em um leitor astuto diante de suas palavras. No conto “Teoria do Medalhão”, de 1822, o leitor se depara com o egoísmo e o desejo de um pai sendo projetados na vida do filho, o futuro Medalhão. Dessa forma, a fruição do texto propicia ao leitor visualizar o apagamento da subjetividade do Medalhão em detrimento dos desejos e objetivos alheios. De modo semelhante, o conto “O Espelho”, de 1882, retrata o afastamento do alferes de sua verdadeira identidade em prol da posição assumida por ele na sociedade burguesa do século XIX, esta que tentava encaixá-lo em padrões europeus. Diante disso, nós, leitores, somos levados a pensar sobre os (des)limites das supressões identitárias admitidas pelos personagens a fim de ascenderem na esteira social. Para além disso, os contos “Pai Contra Mãe”, de 1906, “O Caso da Vara”, de 1891 e tantos outros denunciam o regime escravocrata da sociedade burguesa oitocentista e a crueldade por detrás das decisões tomadas com o propósito de manter o poder sobre os escravizados.

Dessa forma, segundo Santiago (2016), por intermédio dos subterfúgios e das entrelinhas em seus contos, os assuntos retratados por Machado deliberam uma série de reflexões a partir de caminhos não tão iluminados que, de acordo com o estudioso, servem “para sugerir significados” (p. 280). Para tanto, ainda em conformidade com Santiago (2016), Machado realiza uma digressão aparentemente inocente e, com isso, consegue destacar episódios que ganham poder ao longo da narrativa. Tal estratégia foi analisada no capítulo anterior desta dissertação, no qual discorreu-se sobre os episódios em que Damião era destacado para mascarar o que acontecia com Lucrecia em “O Caso da Vara”. Santiago (2016) considera essa técnica de alternância dos focos narrativos como a mais corajosa de Machado de Assis, na medida em que revoluciona a escrita realista oitocentista que seguia apenas um caminho linear nas narrativas.

À vista disso, o texto literário de Machado, por englobar questões tanto lexicais quanto semânticas a partir de artifícios estéticos como os citados anteriormente, suscita a

participação do leitor na construção sgnica do texto. Para tal, as estratégias do capoeirista Machado propõem a desativação de interpretações automatizadas, isto é, conduzem o leitor ao distanciamento de reflexões pré-estabelecidas cultural e socialmente. Assim, pela cooperação astuciosa, o leitor, em seu diálogo com o texto, potencializa a plurissignificação da literatura. Com efeito, a leitura dos contos machadianos contribui para o amadurecimento da percepção crítica, servindo de base para reflexões sobre o mundo real do leitor. Assim, como menciona Bernardo (1999), “na verdade, um bom espectador e um bom leitor desejam ser enganados, para que, por sua vez, se sintam existencialmente capazes de enganar, vale dizer, de iludir, transformando-a, a própria realidade” (BERNARDO, 1999, p. 159). Em outras palavras, o leitor, além de criar reflexões,  despertado para pontos de sua realidade que, até então, não eram observados. Nesse caminho, como explanou Santiago (2016):

Na leitura da obra de Machado apenas o leitor de viseiras (ou seja, o leitor desmemoriado) relativiza o padrão universal de todo e qualquer ser humano e de suas ações. Seres humanos e suas ações são avaliados de perspectivas diferentes: pessoais e sentimentais, estreitas e amplas, contraditórias e conflitantes. Luta interna, conflito nacional ou drama ocidental vêm embutidos não são na escolha do nome próprio, que nunca é singular, como também na sugestão que ele encaminha de modo discreto ou aberto. (SANTIAGO, 2016, p. 361).

Em acréscimo, por suas aberturas e impulsos, a literatura, trazida como “função social” por Candido (2006),  vista pelo estudioso como uma via para o desenvolvimento das necessidades sociais, materiais e espirituais do indivíduo em sociedade. De acordo com Candido (2006), a função social da obra vai além dos controles de seu escritor, já que “decorre da própria natureza da obra, da sua inserção no universo de valores culturais e do seu caráter de expressão, coroada pela comunicação” (p. 54). Desse modo, o teórico explana como a recepção surge de forma cooperada entre autor e leitor, uma vez que a obra gera expectativas no leitor que, ao l-la, poderá confrontar, desconstruir e construir sentidos. Nesse viés, Candido (2006) assinala que:

A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e são vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público. Nem este é passivo, homogneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. (CANDIDO, 2006, p. 84).

Portanto, cabe lembrar a coautoria exercida pelo leitor durante a leitura do texto literário, de forma a modificá-lo e a modificar a si mesmo. Candido (2006) apresenta esse

contato entre obra e leitor como algo que instiga atitudes nos homens, estas que, “tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos mais íntimos” (p. 147). Nesse caminho, encontra-se o conceito de “contrato” postulado por Wolfgang Iser para destacar a importância da troca no ato de leitura. Esse “contrato”, entendido como “discurso encenado” (Iser, 2002, p. 970), é a aceitação do mundo dado no texto como uma realidade, sabendo que essa realidade é construída através da seleção de elementos e suas combinações dentro do texto literário. Dessa forma, a atualização da literatura se dá na medida em que as combinações e seleções feitas no interior do texto conseguem combinar-se ou confrontar-se com as referências e projeções do leitor. Essa atualização significa que os textos dialogam com os leitores de várias épocas e assumem posições diferentes, dependendo do repertório de leitura de cada um e de seu conhecimento de mundo. Em suma, as leituras mudam de acordo com cada vivência do leitor. Além disso, uma releitura nunca será igual à primeira leitura, pois o texto permite que o leitor consiga ressignificar constantemente o que é apresentado.

Pois as ficções não só existem como textos ficcionais; elas desempenham um papel importante tanto na atividade do conhecimento, da ação e do comportamento quanto nas atividades do conhecimento de instituições, de sociedade e de visões de mundo. (ISER, 2002, p. 970).

Sendo assim, o fato de os elementos do texto poderem dialogar com o mundo do leitor propicia que o fator humanizador, elaborado por Candido e mencionado no início deste capítulo, se faça presente. As transformações no cotidiano se dão por reflexões, conversas e decisões tomadas pelos homens em sociedade. Destarte, por se tratar de uma sociedade que impõe determinados limites a serem seguidos, levando todos a um mesmo caminho, é necessário questionar as imposições, já que somos indivíduos pertencentes a esse meio. Dessa forma, encontramos na linguagem literária uma carga de significações que permite ao indivíduo questionar e se posicionar criticamente perante os muitos valores que constroem o nosso mundo.

Conforme apresentado pelos teóricos René Wellek e Austin Warren (2003), uma das funções da literatura, por meio de estratégias linguísticas dispostas pela linguagem literária, é despertar no leitor, no ato da leitura, devaneios e sensações de que o texto está dialogando com ele e com as emoções recalcadas em seu inconsciente. Nesse sentido, a experiência estética/literária parte do texto para o íntimo do leitor, modificando-os.

Quando uma obra de literatura funciona com sucesso, as duas “notas” de prazer e utilidade não devem meramente coexistir, mas fundir-se. O

prazer da literatura, precisamos assinalar, não é uma preferência entre uma longa lista de possíveis prazeres, mas um “prazer superior” porque é prazer em um tipo superior de atividade, isto é, a contemplação não aquisitiva. E a utilidade - a seriedade, a instrução - da literatura é uma seriedade prazerosa, isto é, não é a seriedade de um dever que deve ser feito ou de uma lição a ser aprendida, mas uma seriedade estética, uma seriedade da percepção. (WELLEK; WARREN, 2003, p. 26).

Com isso, segundo os teóricos, a representação da realidade social, por meio da linguagem literária, permite um trânsito que ultrapassa o quadro social e engloba, também, a subjetividade do indivíduo. Ademais, a partir das relações projetadas pela linguagem artística, Wellek e Warren (2003) analisam, em seu capítulo “Literatura e Sociedade”, a literatura com uma função social. Por meio dessas ponderações, os estudiosos apresentam como a literatura pode ser descrita como um documento social, pois, mesmo sob o signo estético, ela é “uma fonte de elementos para a história da civilização” (p. 124). Assim como Machado de Assis analisou e produziu sobre as questões de seu tempo, podemos, através de seus escritos, produzir e ressignificar, sob as lentes da atualidade, as discussões propostas por ele.

Ademais, Facó (2008) retrata o envolvimento de Machado de Assis com as questões de sua época como uma maneira muito realista de destacar os “pontos impregnados do sentido de seu tempo e da psicologia do povo (p. 215). Ainda segundo o estudioso, Machado de Assis desenvolveu um elemento positivo para a época a partir da presença do ceticismo e do pessimismo em seus escritos. Para tanto, Facó (2008) destaca que o descontentamento de Machado para com a sua sociedade se deixa revelar a partir de uma perspectiva cética. Esse ceticismo está, por vezes, relacionado à construção psíquica e ideológica de seus personagens, com o propósito de apresentar a fraqueza humana frente a problemas como a consolidação dos valores burgueses e a escravidão. O pessimismo, por sua vez, se interliga ao ceticismo para, assim, gerar um fator positivo para a análise de sua sociedade. Esse fator positivo está associado ao fato de que, por meio do ceticismo e do pessimismo, Machado pôde desenvolver análises e críticas de forma sensata e desprendida de estereótipos. Dito de outro modo, os escritos machadianos analisaram, como uma lente de aumento, cada detalhe do homem e da sociedade do século XIX, sem receio de enxergar suas mazelas e imperfeições. Dessa forma, portanto, reflexões reais e sem falsas impressões da sociedade da época puderam ser projetadas. Feito isso, Machado:

Traduzia a dúvida ante reformas burguesas inconsequentes, ante uma República burguesa altamente comprometida com o latifúndio, ante a contrafação com a ordem de coisas dominante, mesmo quando não se

divisava um rumo certo a seguir. Esse pessimismo é um germe de crítica e, portanto, um começo de condenação ao que existe de errado numa determinada ordem de coisas, numa dada organização social. Pode ser o ponto de partida para uma atitude revolucionária. (FACÓ, 2008, p. 217).

De forma a criticar a ordem dominante burguesa e a acentuar seus defeitos, Machado, em suas obras, “pôde voltar livremente os olhos para as mais variadas formas de conduta (BOSI, 2007, p. 44). Sendo assim, como afirmou Pereira (2008), dentro das páginas do escritor havia os mais diferentes tipos de diabos, os que agiam com máscaras e disfarces e os que mostravam sua verdadeira figura. Nas palavras de Pereira (2008), há nas obras de Machado:

Diabos de variada feição, malignos, maliciosos, sediciosos, muitos deles afixando máscaras amáveis, outros de chifre à mostra, alguns tristonhos e taciturnos, e não poucos propriamente endiabrados e até inocentemente endiabrados. Diabos diurnos, noturnos e crepusculares. De olhos acesos ou dissimulados atrás de óculos negros. (PEREIRA, 2008, p. 157).

Tendo em vista o grande esforço realizado por Machado ao denunciar os problemas da sociedade oitocentista – e também os seus diabos, como apontou Pereira (2008) –, cabe lembrar de Pio, no conto “Virgínius”, que se apresenta como um “diabo com máscaras amigáveis”. Por mais que o narrador do conto tente levar o leitor a analisar os fatos em primeiro plano e a atenuar a situação por detrás do contexto do conto, a figura de Pio, ao ser chamado de Pai de Todos e se manter como proprietário de escravos, gera considerada ironia na história. O primeiro traço irônico aparece no nome religioso dado ao latifundiário que, mesmo com o discurso de que não tinha escravos, mas sim amigos, permanece adepto à escravidão. Oliveira (2011), ao investigar a fundo o conto machadiano pelo viés da ironia, destaca como o recurso estilístico foi usado para “denunciar as mazelas do regime escravista – especialmente no que concerne à desumanização do negro, utilizada como estratégia discursiva de domínio e controle (p. 101-102).

Luiz Roncari (2006), ao analisar o conto citado acima, exalta um dos problemas retratados por Machado de Assis: a imposição do filho do senhor que, tendo o poder herdado do pai, reafirma o modelo de sistema escravista que transformava tudo e todos “para a posse de uma presa” (p. 88). Ademais, o estudioso observa como o desfecho do conto e os castigos instaurados a cada um dos escravos são feitos de maneira ainda romântica, embora Machado se distanciasse dos estereótipos do romantismo. Sendo assim, “para reparar a ordem ameaçada no desenvolvimento do conto, os crimes são

punidos; os maus, castigados; e os bons, compensados na justa medida do que cabia a cada um” (p. 88).

De acordo com Alfredo Bosi (2007), Machado observava a sua realidade voltando o seu olhar, muitas vezes, aos menos favorecidos, já que relatava em seus contos e romances a sociedade conservadora que tinha como principal capital o trabalho escravo. Diante disso, dando atenção aos que não faziam parte do meio social ossificado, “Machado acabou inventando figuras de resistência” (BOSI, 2007, p. 45). Ademais, o olhar machadiano passa de convencional a crítico e irônico, sem deixar transparecer qualquer indignação, e a ironia utilizada como arma de denúncia é, conforme analisado pelo teórico, um “espírito alerta que não se entrega” (p. 55).

Nesse mesmo sentido, a denúncia proposta por Machado de Assis, a partir, sobretudo, de sua capoeira literária, permite com que encontremos figuras silenciadas em meio às narrativas, fato que suscita uma leitura atenta. Várias personagens entremeadas a outros assuntos e ocorrências se escondem nos contos de Machado, como a figura do escravizado no conto “Vida Eterna”. Por se tratar de um conto com uma configuração particular, a narrativa tende a levar o olhar do leitor para os acontecimentos mais superficiais e para os que rodeiam e controlam a história. Todavia, o leitor machadiano deve se atentar aos golpes realizados pela capoeira do conto.

O conto “Vida Eterna”, publicado em 1870 no “Jornal das Famílias”, tem como principal característica o gênero fantástico, gênero que trabalha com elementos sugestivos e/ou irrealis que levam os leitores a terem que significar situações ou fatos nas narrativas. Selma Calasans Rodrigues (1988), grande estudiosa do gênero, ressalta como o enunciado fantástico, especificamente, apresenta uma zona de interrupção, escondendo dados que constituíram o sentido total da ação e apresentando, assim, em grau mais elevado, vazios e indeterminações. O enredo do conto “Vida Eterna” apresenta o pesadelo de Camilo, no qual teria que se casar com uma jovem chamada Eusébia, cujos anteriores noivos foram mortos antes das bodas serem concluídas. Ademais, sabendo de seu destino terrível, Camilo de Anunciação tenta fugir e se debate até ser acordado pelo amigo. O conto, por conter elementos alegóricos, deixa passar despercebida a fala de Camilo que, sendo senhor de escravos, se questiona sobre como os invasores – em seu sonho – conseguiram entrar em sua casa, colocando a culpa em seus criados.

Entretanto perguntava a mim mesmo como é que os meus escravos deixaram entrar um desconhecido até a porta do meu quarto, apesar das ordens especiais que eu havia dado em contrário. Já eu calculava mentalmente a natureza do castigo que lhes daria por causa de tamanha

incúria ou cumplicidade, quando o desconhecido atirou-me estas palavras à cara:

— Antes de morrer quero que o senhor se case com Eusébia; é esta a proposta que venho fazer-lhe; sendo que, no caso de aceitar o casamento, já aqui lhe deixo este maço de notas do banco para alfinetes, e no caso de recusar mando-lhe simplesmente uma bala a cabeça com este revólver que aqui trago. (ASSIS, 2021, p. 3).

Na passagem acima, percebe-se novamente a mentalidade criada pelos senhores de escravos ao lidarem com os castigos como punição aos prisioneiros. Assim como em “O Caso da Vara”, a fala relatando a finalidade do castigo demonstra a constância com que o ato era realizado. Assim, ao dizer que já “calculava mentalmente a natureza do castigo” (ASSIS, 2021, p. 3), Camilo revela a importância dada por ele a tal ato de crueldade. Isso se torna ainda mais evidente pelo fato de que Camilo não cogitou tentar entender o que havia acontecido e se ocupou, apenas, em planejar uma punição para os seus criados.

Nesse sentido, o reforço da dominação da classe burguesa sobre os escravizados enfatiza o modo com que Machado analisa as condutas e a ética dos personagens de suas narrativas e dos “personagens” da vida real. De acordo com Bosi (2007), Machado tinha como objeto o comportamento humano, já que ele elaborava seus enredos “mediante a percepção de palavras, pensamentos, obras e silêncios de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro durante o Segundo Império” (p. 11).

Dito isso, cabe lembrar do conto “A igreja do diabo”, publicado na “Gazeta de Notícias” em 17 de fevereiro de 1883. Para tanto, leiamos o seguinte fragmento:

Se tu podes vender a tua casa, o teu boi, o teu sapato, o teu chapéu, coisas que são tuas por uma razão jurídica e legal, mas que, em todo caso, estão fora de ti, como é que não podes vender a tua opinião, o teu voto, a tua palavra, a tua fé, coisas que são mais do que tuas, porque são a tua própria consciência, isto é, tu mesmo? (ASSIS, 2020, p. 386).

A partir da passagem acima, é possível compreender e comparar as diversas escolhas linguísticas com as quais Machado de Assis elabora suas críticas. No período em que o Brasil pegava valores emprestados da Europa², Machado trabalhava de forma sublime a venda da subjetividade e do ser através do conto. Ao colocar à venda sua opinião e juízos, os personagens do conto que escolheram, mesmo que por apenas um tempo, seguir a igreja do diabo, deixam claro a crítica acerca da europeização que difundia e mascarava muitos fatores da sociedade brasileira do século XIX, como o desejo

² Segundo o estudioso Roberto Schwarz, esses valores eram contraditórios, já que as realidades das sociedades eram diferentes.

de adequação a uma realidade que não os cabia. Ademais, além da analogia feita à sociedade oitocentista, é possível compreender a pluralidade de sentidos que o trecho do conto apresenta ao se tratar de uma sociedade volátil e insensível, como a sociedade atual. Quando Candido (2017) discorre sobre a humanização proveniente dos textos literários, ele nos permite enxergar como o conto literário, por meio de sua historiografia, não se adequa apenas a um tempo, mas também aos que já se foram e aos que ainda virão. Dado isso, o conto nos permite entender como a sociedade do século XXI corre atrás de soluções superficiais e desejos rápidos para conquistar o que almeja, podendo, até mesmo, vender “coisas que são mais do que tuas, porque são a tua própria consciência” (ASSIS, 2020, p. 386).

Nessa linha de raciocínio, Alfredo Bosi (2007) sustenta que a percepção do social de Machado nivela por baixo o comportamento daqueles que ele observa, gerando, segundo o teórico, uma visão realista do ser humano. Nesse ponto, é válido retomar o conto “O Caso da Vara”, no qual Machado nos apresenta Damião como um jovem aflito e medroso, porém com algum potencial de mudança e de coragem. Entretanto, o desfecho do conto nos mostra que Damião continuou a demonstrar fraqueza, já que optou por não agir em defesa da menina Lucrecia, pois, do contrário, ele não receberia a ajuda de Sinhá Rita. Portanto, vê-se que Damião vendeu seus princípios e sua consciência, demonstrando, assim, como o nivelamento feito por Machado, nesse caso, permaneceu baixo. Pensando nisso, Bosi (2007) evidencia que:

Há personagens que parecem esgotar-se na reiteração das palavras e atitudes; é só observá-las com atenção por algum tempo e tem-se a chave dos seus comportamentos. Daí, vem a tentação de classificá-las como tipos, o que será toda ou quase toda a sua verdade. E há personagens que, sob a aparência inescapável da sua fisionomia social, podem surpreender-nos pelos seus movimentos próprios de uma liberdade interior que contraria as expectativas do seu meio. O olhar de Machado, contemplando umas e outras, não é maniqueísta: não condena as primeiras nem exalta as últimas como o fizera o idealismo acendrado dos românticos. Admite a diferença e relativiza os juízos de valor. (BOSI, 2007, p. 71).

Nessa concepção, ainda de acordo com Alfredo Bosi (2007), Machado ao observar os comportamentos ao seu redor, tornou-se retratista de seu tempo e das pessoas que compunha esse tempo. Além disso, ao analisar os escritos machadianos, percebe-se como a integridade dos personagens é criada de modo a possibilitar a reflexão dos leitores sobre as mais variadas atitudes. Acerca de nossa sociedade atual, é possível compreender marcas que ainda resvalam as estruturas de valores que nos são impostos. No entanto, a literatura é um fio condutor para que possamos analisar nossa sociedade de modo a

questionar tais imposições e contrapô-las a valores de outras épocas, a fim de analisá-las. Os contos de Machado de Assis, assim como seus romances, crônicas e poemas denunciaram de modo realista e mordaz as conjecturas sociais que escondiam os desejos da classe burguesa. Nesse sentido, destaca-se a forma com que os escritos de Machado nos possibilitam revisar e ressignificar a nossa vida e a nossa sociedade de maneira a perceber como o pensamento do século XXI, tido como “evoluído”, é ainda balizado por tantas questões pertencentes a épocas passadas. Nesse diapasão, segundo Santiago (2017), “Machado acentua e celebra a grande farsa que o relato da história do homem no Ocidente promove e significa desde sempre e para sempre” (p. 370). Dito de outro modo, Machado foi capaz de abrir as feridas que a sua sociedade contemporânea carregava e, ainda, demonstrar como muitas dessas feridas ainda sangram nos dias atuais.

Retornando a nossa atenção, novamente, para a análise das personagens machadianas, Jean-Michel Massa (2008) explana que Machado desenvolveu dois tipos de personagens em seus contos: os principais, capazes de realizar todas as ações já esperadas e pré-programadas; e os secundários, personagens interessantes, com ações não planejadas e que agregavam à história. Desse modo, Massa (2008) apresenta, como exemplo de personagens secundários, os escravos “mudos, [que] leva[va]m as cartas” (p. 463), demonstrando, mais uma vez, a construção machadiana que evidencia a ausência dos escravos dos meios sociais, colocando-os, apenas, como peças de trabalho. Como exemplo desse artifício, temos a fuga dos escravizados da fazenda de D. Marcolina no conto “O Espelho”, de 1882, cujo personagem principal lidera o foco da trama de forma a disfarçar a presença desses componentes. Entretanto, ao compreender a real presença desses personagens no texto e a crítica desenvolvida por Machado ao trabalhar a escravidão como forma injusta e cruel de trabalho, observamos como o plano da fuga desses escravizados lidera uma cena marcante e importante no conto. Do mesmo modo, temos a presença de Arminda no conto “Pai Contra Mãe”, personagem que vê, na fuga, um meio de sobrevivência. Assim, a mesma temática é abordada de forma diferente nos dois contos mencionados, porém com o mesmo fim: denunciar a desumanidade do sistema escravista. Por meio da fuga, Machado de Assis representa a resistência dos que sofrem. Arminda, mesmo sendo, por vezes, considerada uma personagem secundária, constitui-se, na narrativa, como centro da reflexão, na medida em que é vista como mercadoria e tratada como não digna de compaixão.

Nesse sentido, Castro (2020) ressalta a mudança significativa na construção dos personagens e, segundo o estudioso, os personagens machadianos se pluralizam, dando

espaço para figuras que, anteriormente, não eram comuns nas narrativas. Os novos personagens da prosa representam, assim, a realidade de diferentes lugares da sociedade oitocentista e, dessa forma, ajudam a relatar essa realidade e os seus conflitos.

Os personagens saem de sua zona de conforto e os dilemas, que os põem à prova, ao mesmo tempo que revelam suas verdadeiras ambições pessoais e construções sociais, fazem isso por meio de investigações psicológicas, um verdadeiro desnudar de caráter de cada um deles. Esse conflito que os desestabiliza, vale acrescentar não é distante dos problemas cotidianos da vida real, e exatamente por isso essas narrativas tornam-se muito mais interessantes aos leitores. (CASTRO, 2020, p. 415).

Outra observação feita por Castro (2020) diz respeito às máscaras sociais que, agora, atingem a todos da sociedade. Dessa forma, “Machado opera como um gênio” (p. 416) ao tematizar os conflitos humanos e sociais que, antes, eram minimizados por outras temáticas nos enredos. As relações sociais e todos os parâmetros dessa esteira passaram a ser o foco de Machado em busca da análise do indivíduo que, segundo Castro (2020), “ao mesmo tempo pode revelar aspectos de comicidade e pessimismo” (p. 416). Nesse mesmo panorama, ao estudar Machado de Assis, Massa (2014) pontua que o contista desempenhou, na sociedade de seu tempo, um valor moralista de muita importância, na medida em que foi capaz de “colocar os problemas da vida cotidiana na literatura” (MASSA, 2014, p. 519). Sendo assim, por meio do ceticismo e do pessimismo, explicitados anteriormente, Machado adotou uma postura justa perante a realidade de seu tempo. Nesse caminho, Massa (2008) menciona que Machado compreendeu a diferença que faria ao expor os problemas da sociedade, em vez de tentar ignorá-los. Assim,

O choque que o magoara não afetou verdadeiramente o ritmo da sua produção literária. Sendo o hábito uma segunda natureza, continuou a escrever e exprimir a sua desilusão em lugar de sua esperança. Logo esse traumatismo funcionou mesmo como matriz de um desenvolvimento, de uma diversificação de sua produção e de sua atividade de escritor. Em 1863, Machado de Assis se tornou um homem e escritor mais enriquecido e equilibrado. (MASSA, 2008, p. 323).

Diante de toda configuração criada através de seus enredos, personagens principais e secundários com características físicas e psicológicas bem desenvolvidas, lugares escolhidos para a encenação das histórias e críticas bem colocadas, a colaboração de Machado de Assis configura-se atemporal. O posicionamento crítico presente nos contos machadianos reforça a necessidade de observação da sociedade. Assim, as reflexões propostas por Machado de Assis suscitam nos leitores uma postura sensível, racional e resistente diante das mazelas humanas e sociais. Em seus contos, somos levados

a questionar os parâmetros que regiam a sociedade do século XIX e que ainda aparecem como resquícios em nossa sociedade do século XXI. A exemplo de Machado, precisamos olhar, atentamente, para a sociedade em que vivemos, dissecando-a até que possamos visualizar suas fraturas, remendos e cicatrizes. A função humanizadora da literatura aparece justamente quando conseguimos ser capazes de (re)significar os importantes escritos de forma a relacioná-los com os dias atuais. Assim como Pio, do conto “Virgínius”, mascarava a sua adesão ao cruel sistema escravagista ao dizer que não tinha escravos, e sim amigos; hoje, em pleno século XXI, ainda precisamos lidar com os rastros da escravidão que assolam a população negra no Brasil. Em 2021, o discurso de Pio ecoou na história de Madalena Giordano, empregada doméstica de 46 anos que permaneceu, durante quarenta anos, em condições análogas à escravidão no apartamento de uma família tradicional e de “boa aparência” ou, para usar os termos de Machado, de “um diabo de aparência amigável”. Nesse infeliz quadro social e humanitário, a crítica de Machado ao fazer com que Pio falasse: “Não tenho escravos, tenho amigos” se perpetua no discurso da família mineira que mascarou a escravidão de Madalena ao dizer, de diferentes modos: “Não tenho escrava, tenho uma empregada doméstica que nunca recebeu salário e que não tem direito a férias”.

Sendo assim, a representação afrodescendente de Machado de Assis nos dias atuais é grande fato para a sociedade. Uma sociedade que finge não existir uma dívida histórica com as pessoas negras tem em Machado um importante ícone que não nos deixa esquecer de nosso triste passado. Nesse sentido, pontuando acerca da literatura afrodescendente e sua importância, Azevedo (2021) discorre sobre como esse movimento é “uma crítica da realidade e uma realidade crítica” (p. 49). Nessa esteira, o estudioso explica que essa crítica é uma oposição à realidade branca dominante. Desse modo, pensar na literatura como fator social é enxergar para além de palavras, é aceitar o texto como documento histórico e utilizar os relatos artisticamente apresentados como ponte para a inicial mudança dentro de nós. Por fim, como apresentado por Candido (2017), a humanização ocorre por meio do ato de leitura do texto literário, este que nos proporciona mudanças para conosco e para com o mundo ao nosso redor.

5 Considerações finais

Diante das discussões engendradas nesta pesquisa, nota-se que Machado de Assis abordou, em seus escritos, as marcas do sistema escravagista. De modo singular, o autor relatou e denunciou as barbáries instauradas pela escravidão na sociedade oitocentista.

Sendo assim, a leitura dos contos machadianos nos permite conhecer e analisar as feridas, ainda não cicatrizadas, ocasionadas pela estrutura social, política e econômica do Brasil do século XIX.

Dito isso, a composição das análises realizadas no primeiro capítulo desta dissertação constatou o modo com o qual Machado estampou a classe burguesa em suas narrativas, reforçando o papel crucial da burguesia para o fortalecimento das raízes do sistema escravocrata brasileiro. Para tal, Machado de Assis criou personagens bem elaborados e arquitetou os ambientes nos quais as narrativas se desenvolveram. Além disso, a construção de personagens secundárias revelou, num jogo de aparições e omissões, o papel do negro e do homem pobre livre no âmbito da sociedade oitocentista. Nesse sentido, os contos machadianos selecionados para esta pesquisa colocam em cena a sociedade do século XIX que, alicerçada nos valores burgueses, almejava o progresso econômico sem se desprender das correntes da escravidão. Dessa forma, os contos “D. Benedita”, “O Espelho”, “A Sereníssima República” e “A Teoria do Medalhão” contribuíram para exemplificar a dinâmica criada pelo escritor para criticar as imposições do sistema dominante burguês frente às pessoas de seu tempo. Em acréscimo, esta pesquisa também se dedicou a entender a condição de vida da mulher negra nessa sociedade. Para tanto, os contos “Noite de Almirante”, “Mariana”, “Virgínius” e “Pai Contra Mãe” descortinaram, a partir das minuciosas observações de Machado, a submissão e a supressão das mulheres negras diante do regime escravocrata.

Nessa esteira, de maneira a sustentar a temática da escravidão elencada por Machado de Assis, o segundo capítulo deste trabalho discutiu sobre a estrutura do conto machadiano, de forma a demonstrar como o autor, por meio de suas técnicas linguísticas/“capoeiristas”, entremeava suas críticas nos enredos dos contos. Nesse sentido, notou-se a importância da leitura atenta diante dos textos de Machado, uma vez que a “capoeira machadiana” propõe uma leitura mais profunda e astuta, isto é, que seja capaz de acessar as entrelinhas da narrativa. Assim, pela técnica da “capoeira”, Machado de Assis conseguiu impulsionar suas palavras, a fim de que elas lançassem luz sobre os sujeitos oprimidos pela sociedade burguesa e pela escravidão. Nesse viés, os contos “O Caso da Vara” e “Encher Tempo”, para além dos demais contos discutidos no primeiro capítulo, apresentam a potência da “gingada” do capoeirista Machado que, com perspicácia e agudez, mescla à narrativa principal incisivas críticas à sociedade oitocentista. Com isso, a força da “ginga” machadiana foi capaz de denunciar e de estremecer as cruéis correntes da escravidão.

No ritmo dessa “capoeira”, Machado desenvolveu uma escrita singular e incomparável. A coragem carregada pelo escritor em seus contos, assim como em seus romances e crônicas, prolifera reflexões não apenas sobre o contexto da época como também nos permite entender com maior nitidez e criticidade a sociedade do século XXI. Nessa linha, o terceiro capítulo desta dissertação revelou a atualidade das palavras de Machado de Assis e a sua força social, na medida em que a sociedade brasileira atual apresenta, conforme citado no início desta conclusão, feridas que ainda não cicatrizaram e que, por sua vez, evidenciam os lastros cruéis da escravidão. Por isso, os enredos machadianos nos lembram da terrível dívida histórica que carregamos. No mais, tendo em vista a atualidade das críticas do autor carioca, o aporte teórico escolhido para este último capítulo propiciou que fossem retomadas as leituras dos contos analisados no primeiro e no segundo capítulos. Esse diálogo entre os capítulos possibilita que para que o leitor possa se sintonizar ao ritmo da “capoeira” de Machado e aguçar o olhar para as discussões e críticas propostas pelo escritor no século XIX e que ainda resvalam na sociedade do século XXI. A partir disso, o ato da leitura permite a nós, leitores, revisarmos nossas posturas enquanto cidadãos, o que inclui a consciência de que devemos reconhecer as lacunas da escravidão para, assim, podermos assumir posições de resistência frente ao racismo e às desigualdades socioeconômicas e históricas.

Em síntese, as discussões propostas nos capítulos desta pesquisa nos trouxeram um reforço crítico – tanto no sentido teórico quanto no sentido social – para que possamos escrever, de forma sensível e humana, os próximos capítulos da história brasileira. A exemplo de Machado, que se colocou como delator das mazelas e das desumanidades de seu tempo e que, em suas “gingadas”, reforçou as raízes afrodescendentes, devemos olhar para a nossa contemporaneidade e enxergar as fraturas de nosso tempo, sem negligenciar as feridas que carregamos da escravidão e que precisam ser suturadas com criticidade e com sensibilidade similar àquela que a arte e a literatura aderem em nós.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José António Carvalho Dias de. **Os Abolicionismos na Prosa Brasileira: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis**. 2013. Tese de Doutorado. Disponível em: [HTTP://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315/](http://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315/). Acesso em: 10 jan. 2022.
- ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos/Machado de Assis**. – São Paulo: Martin Claret, 2012.
- ASSIS, Machado de. **Encher Tempo**. 1876. Disponível em: [HTTP://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/machado63.pdf/](http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/machado63.pdf/). Acesso em: 26 abr. 2022.
- ASSIS, Machado de. **Contos (quase) esquecidos / Machado de Assis**; organizado por João Cezar de Castro Rocha. -2 ed. – São Paulo, SP: Editora Filocalia, 2020.
- ASSIS, Machado de. **Machado de Assis afro – descendente – escritos de caramujo [antologia]**. Organização, ensaios e notas: Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálidas, 2009. 2 ed/ 1ª reimpressão, revista e ampliada.
- ASSIS, Machado de. **Papéis Avulsos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006
- ASSIS, Machado de. **Vida Eterna**. Niterói: Itapuca, 2021 Disponível em: [HTTP://www.google.com.br/books/edition/A_Vida_Eterna/ZychEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1/](http://www.google.com.br/books/edition/A_Vida_Eterna/ZychEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1/). Acesso em: 01 mai. 2022.
- AZEVEDO, Luiz Mauricio. **Estética e raça: ensaios sobre a literatura negra**. Editora Sulina, 2021.
- BERNARDO, Gustavo. O conceito de literatura. **Introdução aos termos literários**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 135-169, 1999.
- BOSI, Alfredo. **O enigma no olhar**. 4 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. **Vários Escritos**. – 6 ed. – Rio de Janeiro, RJ: Editora Ouro sobre Azul, 2017.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. – Rio de Janeiro, RJ: Editora Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio. O Direito à Literatura. **Vários Escritos**. – 6 ed. – Rio de Janeiro, RJ: Editora Ouro sobre Azul, 2017.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in África**. São Paulo, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. Editora Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, v. 19, p. 33-62, 2010. Disponível em: [HTTP://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315/](http://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315/). Acesso em: 20 mai.2022

COTRIM, Ana. **A figuração da mulher negra ea crítica do naturalismo em Machado de Assis: Arminda, Sabina e Mariana.** Inter Litteras, n. 2, p. 145-188, 2020.

COUTINHO, Afrânio; DE FARIA COUTINHO, Eduardo. **A literatura no Brasil.** – 7. Ed. rev e atual. – São Paulo: Global, 2004.

DE MOURA, Sérgio Arruda. **MACHADO DE ASSIS: cronista e editorialista;** Porto Alegre. pp. 126-135, 1990.

DE PROENÇA, Paulo Sérgio. **Machado de Assis, escritor negro.** Disponível em: [HTTP://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/resenhas/prosa/Machado_de_Assis_resenha_Paulo_Proena_rev.pdf/](http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/resenhas/prosa/Machado_de_Assis_resenha_Paulo_Proena_rev.pdf/). Acesso em: 20 fev. 2021

DE REZENDE, Maria José. A SITUAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX: AS REFLEXÕES DE JOAQUIM NABUCO E AS DE MANOEL BOMFIM. **CRÍTICA E SOCIEDADE**, v. 4, n. 1, p. 107-121, 2014.

DO NASCIMENTO, Gizêlda Melo. Machado: três momentos negros. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, v. 2, p. 53-62, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis **Machado de Assis afrodescendente: Antologia e Crítica.** -3 ed, Revista e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: Malê, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade.** 2017

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, v. 6, n. 2, p. 146-153, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira.** Revista Palmares, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

FACÓ, Rui. Em memória de Machado de Assis. In: **Machado de Assis, ensaios e apontamentos avulsos.** Astrojildo Pereira/Martin Cezar Feijó, organizador. – Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 3 ed., 2008.

FAORO, Raymundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. In: **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.** – 4 ed. São Paulo, SP: Globo, 2001.

FRANÇA, Eduardo Melo; VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **Ruptura ou amadurecimento?: uma análise dos primeiros contos de Machado de Assis.** Editora Universitária UFPE, 2008. Disponível em: [HTTP://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7272/1/arquivo3549_1.pdf/](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7272/1/arquivo3549_1.pdf/). Acesso em: 20 nov.2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GOTLIB, Nádía Battella. Teoria do conto. 2004.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Literatura em suas fontes**, 2002.

LIMA, Luiz Costa. Machado: Mestre de Capoeira. In: **Intervenções**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LIMA, Marcos Hidemi; DE FÁTIMA MARTINEZ, Márcia. MENTIRA E DISSIMULAÇÃO EM "NOITE DE ALMIRANTE". **Línguas & Letras**, v. 9, n. 17, p. 149-159, 2009.

LOPES, Elisângela Aparecida. "**Homem do seu tempo e do seu país**": senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis. 2007. Disponível em: [HTTP://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4373/4182](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4373/4182). Acesso em: 15 abr. 2021

MARQUES, Letícia Rosa. Entre cor e hierarquia: apontamentos sobre ascensão social de mulatos e a carreira militar no Brasil da primeira metade do século XIX. **Revista Digital Estudos Historicos**, n. 11, p. 12, 2013.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual**. 2 ed ver.- São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Machado de Assis: Estudo Crítico e Biográfico**. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1936.

MOISÉS, Massaud. Aspectos fundamentais da obra de Machado de Assis. In: **Ressureição A mão e a Luva**. São Paulo, Editora Cultrix, 1965.

MURICY, Katia. **A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Marina Rodrigues de et al. **Escravidão e resistência: a ironia como recurso estilístico nos contos machadianos**. 2011. Disponível em: [HTTP: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6165/1/arquivototal.pdf/](http://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6165/1/arquivototal.pdf/) Acesso em: 03 de jan. 2022

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos**. Astrojildo Pereira/Martin Cezar Feijó, organizador. – Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 3 ed., 2008.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**. Ed. Itapuã, 1968.

ROCHA, João Cezar de Castro. Prefácio. **Contos (quase) esquecidos / Machado de Assis**. 2 ed. – São Paulo, SP: Editora Filocalia, 2020.

RODRIGUES, Selma. **O Fantástico**. São Paulo: Ática, 1988.

RONCARI, Luiz. Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana. **Teresa revista de Literatura Brasileira**; São Paulo, p. 79-102, 2006.

Disponível: [HTTP: //www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116609/114197/](http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116609/114197/). Acesso em: 10 mai. 2022.

SANSEVERINO, Antonio Marcos. A presença de escravos em alguns contos de Machado de Assis. **Revista Práxis**, v. 2, p. 160-172, 2018.

SANTIAGO, Silviano. **Machado: romance**. Editora Companhia das Letras, 2016.

SANTIAGO, Silviano. Retórica da Verossimilhança. In: **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural/ Silviano Santiago**. -2 ed. – Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. Editora Companhia das Letras, 2014.

WELLEK, René; WARREN, Austin. “A natureza da Literatura” In: **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.